

Mestrado em
Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho final de Mestrado
Dissertação

**A Ajuda Pública ao Desenvolvimento da China em
Angola: Milagre ou armadilha?**

Rodrigo Andrade Santos

Orientador:

Prof. Dr. Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmento
Ferreira

Lisboa, 2025

Resumo

O presente estudo procura entender como se desenvolve a ajuda chinesa em África, mais propriamente em Angola. Visto como uma alternativa ao modelo tradicional do *Consenso de Washington*, o *Modelo de Pequim* parece estar a apelar muito mais aos países em desenvolvimento, sendo que os Estados africanos não são exceção. A filosofia de *one size fits all* de Washington e das instituições ocidentais parece já não ter mais nada para oferecer a estes países, enquanto a ajuda chinesa parece ser mais adequada, não colocando condicionalidades nos seus empréstimos, podendo os países recetores de ajuda manter total soberania. Mas será que a ajuda chinesa é mesmo aquilo que promete ser? Apesar de Pequim não exigir as mesmas condicionalidades que o Ocidente, parece obrigar a que certos requisitos sejam cumpridos para que o capital possa fluir, nomeadamente a contratação de empresas chinesas, trabalhadores chineses e uso de materiais chineses para a execução de um projeto no país que recebe ajuda. Condições como o reconhecimento da República Popular da China como a única China, e o corte de relações com a República da China (Taiwan), bem como votar ao lado de Pequim em votações na Assembleia Geral da ONU são outras das condições que Pequim exige aos países aos quais fornece ajuda. O presente estudo foca-se nos prós e contras da ajuda chinesa em Angola, e se esta tem sido mais benéfica ou mais destrutiva para o país.

Esta dissertação conclui que, embora a ajuda chinesa tenha permitido importantes melhorias em infraestruturas em Angola, também gerou uma grande dependência económica para com Pequim, falta de transparência e benefícios assimétricos, com impactos limitados no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza. A cooperação com a China deve, por isso, ser gerida com cautela e maior supervisão institucional.

Palavras-chave: Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), China, Angola, Cooperação Internacional, Dependência económica, Desenvolvimento sustentável, neo-colonialismo

Abstract

The present study seeks to understand how Chinese aid is developing in Africa, more specifically in Angola. Seen as an alternative to the traditional *Washington Consensus* model, the *Beijing Consensus* seems to be much more appealing to developing countries, and African states are no exception. The *one-size-fits-all* philosophy of Washington and Western institutions seems to have nothing more to offer to these countries, while Chinese aid seems to be more fitting, placing no conditionalities on its loans, and aid recipient countries can maintain full sovereignty. But is Chinese aid really what it promises to be? Although Beijing does not demand the same conditions as the West, it does seem to require certain requirements to be met in order for capital to flow, such as hiring Chinese companies, Chinese workers and using Chinese materials to carry out a project in the aid receiving country. Conditions such as recognizing the People's Republic of China as the only China and cutting ties with the Republic of China (Taiwan), as well as voting alongside Beijing in votes at the UN General Assembly are other conditions that Beijing demands of countries to which it provides aid. The present study focuses on the pros and cons of Chinese aid in Angola, and whether it has been more beneficial or more destructive for the country.

This thesis concludes that although Chinese aid has enabled significant infrastructure improvements in Angola, it has also led to increasing economic dependency towards Beijing, lack of transparency, and asymmetrical benefits, with limited impact on sustainable development and poverty reduction. Cooperation with China should therefore be managed with caution and stronger institutional oversight.

Keywords: Official Development Assistance (ODA), China, Angola, International Cooperation, Economic Dependency, Sustainable Development, Neo-colonialism

Lista de siglas

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

AVIC – China National Aero-Technology International Engineering Corporation

AfCFTA – African Continental Free Trade Area (Zona de Comércio Livre Continental Africana)

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BRI – Belt and Road Initiative (Nova Rota da Seda)

BRIGC – Belt and Road Initiative International Green Development Coalition

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (da OCDE)

CIF – China Investment Fund

CNOOC – China National Offshore Oil Corporation

CNPC – China National Petroleum Corporation

CRBC – China Road and Bridge Corporation

CROC – China Railway Construction Corporation

CSIHL – China Sonangol International Holding

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCAC – Forum on China-Africa Cooperation (Fórum de Cooperação China-África)

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODA – Official Development Assistance (versão inglesa de APD)

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PNB – Produto Nacional Bruto

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio

Introdução e metodologia.....	1
1. Enquadramento.....	5
1.1 Os Consensos: Washington vs. Pequim.....	5
1.2 A Ajuda Pública ao Desenvolvimento.....	6
1.2.1 O Comité de Assistência ao Desenvolvimento.....	6
1.2.2 Os valores da APD.....	6
1.3 O Fórum on China Africa Cooperation (FOCAC).....	8
1.3.1 FOCAC e a sua importância nas relações China-África.....	8
1.4 A Maldição dos Recursos Naturais e a Dutch Disease.....	9
1.4.1 O que é a maldição dos recursos?.....	9
1.4.2 Um ciclo vicioso.....	10
1.4.3 O caso de Angola.....	11
1.4.4 Quebrar a maldição.....	11
1.5 O papel da China.....	12
1.5.1 A ajuda chinesa em África.....	13
1.5.2 O surgimento das relações sino-angolanas.....	14
2. Consenso de Washington VS Pequim.....	14
2.1 O Consenso de Washington.....	14
2.2 Críticas ao Consenso de Washington.....	15
2.3 O Consenso de Pequim.....	16
2.4 Críticas ao Consenso de Pequim.....	17
3. China em África.....	18
3.1 Empréstimos chineses a África.....	18
3.2 Motivações dos empréstimos chineses.....	19
3.3 Consequências negativas dos empréstimos chineses.....	20
3.4 Consequências positivas dos empréstimos chineses.....	20
3.5 O endividamento dos países africanos.....	21
4. Armadilha da dívida chinesa.....	22
4.1 Debt trap diplomacy.....	22
4.2 O envolvimento das empresas estatais chinesas.....	23
5. Ajuda ligada VS Ajuda desligada.....	24
5.1 O que é a ajuda ligada?.....	24
5.2 A ajuda desligada.....	24
6. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).....	25
6.1 A Ajuda Pública ao Desenvolvimento.....	25
6.2 Problemas ligados à APD.....	26
6.3 Motivações da ajuda.....	27
6.4 A ajuda e a Agenda 2030.....	28
6.5 A ajuda com instrumento de defesa.....	30
6.6 A ajuda e o seu papel na implementação das energias renováveis.....	30
6.7 A ajuda portuguesa.....	31
7. A nova rota da seda.....	32
7.1 O que é a Nova rota da seda?.....	32
7.2 A nova rota da seda aliada À Debt Trap Diplomacy?.....	33
7.3 Em Moçambique.....	33
7.4 Angola na nova rota da seda.....	34
8. China em Angola.....	35
8.1 Cooperação sino-angolana.....	35
8.2 A Sonangol na cooperação entre Luanda e Pequim.....	37
8.3 A Era João Lourenço.....	38
8.4 Corrupção e escândalos.....	38

8.5 Angola vítima da Debt Trap Diplomacy	39
8.6 Nova era das Relações Sino-Angolanas?	41
8.7 Novo aeroporto de Luanda Agostinho Neto	41
Conclusão	44
Referências Bibliográficas	46

Introdução

O início da cooperação para o desenvolvimento pode ser rastreado ao período após a II guerra mundial, à descolonização dos países africanos, bem como a queda do muro de Berlim. O desenvolvimento tornou-se um conceito presente em todos os debates internacionais após a II Guerra Mundial, especialmente tendo em conta a divisão do Mundo em zonas de influência ideológica entre blocos capitalista e socialista, consolidado também pela formação do movimento dos Países não Alinhados, pela Conferência de Bandung, em 1955, e pela fundação do Comité da Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), bem como da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (Nancanha, 2024).

A partir dos anos 90 e com a queda da União Soviética, a ajuda deixa de ser meramente económica e começa a caracterizar-se pela chegada de novos atores e também de novas formas de atingir o desenvolvimento através de instrumentos como o *know how*, ou seja, mostrar como se faz (Nancanha, 2024).

Quanto às motivações da ajuda, Pignatelli (2016) afirma que estas se prendem principalmente com princípios morais e humanitários, interesses políticos, de segurança nacional, questões económicas e comerciais ou ainda razões ambientais.

A China tornou-se nos últimos anos um dos grandes doadores mundiais. Um dos grandes entraves ao desenvolvimento de África tem sido a falta de infraestrutura do continente, que lhe permita ser autónomo, e é aqui que Pequim tem se focado. A China deixou de ser um doador modesto para se tornar o principal em África, focando a sua ajuda no desenvolvimento de infraestrutura básica nos setores de transporte, água e energia do continente (Mlambo, 2022).

Bombrowski (2017) afirma que em África, muitas pessoas têm uma boa imagem da China, muito graças às iniciativas de financiamento de infraestrutura de Pequim no continente. Mlambo (2022) diz até que a presença chinesa em África é apoiada pelos próprios líderes africanos. Os empréstimos chineses tornaram-se mais atrativos para estes países por exigirem menos condicionalidades, por terem períodos de carência mais longos e por não intervir na soberania do país.

No entanto, Mlambo (2022) refere que também não faltam críticas à ajuda chinesa, como projetos desnecessários com pouco ou nenhum retorno económico. Estes projetos também podem estar a deixar os países africanos extremamente endividados para com Pequim. Wade (2019) deu o exemplo do Quênia, onde a construção de um caminho ferroviário, financiado pela China, entre Nairobi e Mombasa ultrapassou largamente o orçamento previsto. Já Kazeem (2020) afirmou que a ajuda chinesa pode ter mesmo o pretexto de deixar os países endividados ao ponto de não conseguirem repagar os empréstimos, de forma a Pequim conseguir ter acesso aos recursos naturais destes países.

Desta forma, Mlambo (2022) conclui que os países africanos devem aceitar a ajuda chinesa, mas com alguma cautela.

Angola, particularmente, tem-se vindo a tornar um parceiro importante da China, sendo que segundo Hamdun (2022), as exportações da China para Angola chegaram aos 1,75 mil milhões USD em 2020, enquanto as de Angola para a China totalizaram 12,7 mil milhões USD no mesmo ano, sendo petróleo, e gás as principais exportações angolanas para Pequim, sendo a elite angolana a grande beneficiária.

Também em Angola, a ajuda chinesa é criticada. Como refere Hamdun (2022), a ajuda chinesa cria muito poucos postos de trabalho em Angola, não reduzem a pobreza e a grande maioria dos projetos de construção são entregues a firmas e trabalhadores chineses.

No entanto, Marques e Duesterberg (2023) dizem-nos que grande parte da dívida atual com a China ajudou a reconstruir ferrovias, estradas, hospitais e habitações públicas nas províncias de Angola embora os mesmos autores tenham também afirmado que cerca de metade da dívida nacional para com a China não se deveu a projetos públicos, mas acabou em contas bancárias privadas.

Neste contexto, a estrutura do trabalho passa por um enquadramento que ilustra a importância do tema que aqui está a ser investigado, bem como uma breve apresentação de todos os tópicos que serão tratados ao longo do trabalho. Tópicos esses que são os seguintes: Consensos de Washington e de Pequim, com uma descrição de ambos e comparação dos consensos; a presença da China em África, as motivações da ajuda chinesa no continente, como é que a China tem prestado a sua ajuda e exemplos práticos da ajuda chinesa no continente; a armadilha da dívida chinesa onde vou procurar demonstrar como a ajuda chinesa não é tão descomplicada e sem condicionalidades como aparenta ser; o que é a ajuda ligada e desligada; a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, o que é, como apareceu, as motivações por trás da ajuda, as diferentes formas de ajuda e o papel da ajuda para a Agenda 2030; a Nova Rota da Seda e o FOCAC, o que são e como é que Pequim tem usado estes mecanismos para expandir as suas relações, penetrado nos mercados africanos e reforçado a sua política de uma só China; e finalmente a relação entre China e Angola, como começou, como se desenvolve esta relação, aspetos positivos e negativos, controvérsias e diferenças entre as eras de José Eduardo dos Santos e João Lourenço.

De uma forma resumida, este trabalho vai procurar responder às seguintes questões: (i) Como é que a ajuda chinesa é diferente da ajuda ocidental?, (ii) Como é que a China pratica a sua ajuda?, (iii) Qual tem sido o papel da China em Angola?, (iv) Como é percecionada a ajuda chinesa em Angola?, (v) Quais os benefícios para Angola da sua relação com a China?, (vi) A ajuda chinesa tem sido realmente benéfica para Angola ou estará a causar mais estragos do que ajuda?

Metodologia

Godoy (1995: 62-63) afirma que a abordagem qualitativa na pesquisa possui características como o estudo empírico ser

efetuado no seu ambiente natural, pois os factos têm que ser observados e analisados contexto ao qual pertencem, quem efetua a pesquisa desempenha um papel fundamental na observação, seleção e análise dos dados gerados, os dados existentes na realidade são importantes para a compreensão do fenómeno que está a ser estudado, o estudo é feito com base na perspectiva que as pessoas estudadas têm sobre o objeto de estudo.

Conjo, Chichango e Souza (2022) dizem que a análise qualitativa é essencial para entender a realidade, dificuldades vividas, bem como atitudes e comportamentos dos sujeitos envolvidos.

Júnior e Batista (2023) por sua vez, dizem que para uma pesquisa quantitativa, esta deve começar com uma proposição formal que estabelece a relação entre pelo menos dois conceitos abstratos, onde idealmente, essa proposição contém um primeiro elemento que será a causa de um segundo elemento que será o seu resultado. Conjo, Chichango e Souza (2022) referem-se à pesquisa quantitativa como estando ligada diretamente à quantificação dos dados, na experimentação e no controle rigoroso dos factos. Por seu lado, Wilson (1986), apud Gerhardt e Silveira (2009) apontam que uma pesquisa quantitativista terá validade científica se se basear na classificação, testagem de hipótese, medição e tabulação, não atribuindo significância aos fenómenos sociais.

Taherdoost (2022) afirma que a pesquisa qualitativa procura encontrar dados primários, e analisá-los usando métodos interpretativos específicos, possibilitando a descoberta de novos *insights*, ideias e gerar novas teorias.

A metodologia qualitativa parece ser predominante em vários campos. Grass (2024) diz que um estudo conduzido por cientistas políticos aponta para 79,8% dos projetos de pesquisa em política americana usarem o método qualitativo, bem como 91,1% dos projetos em Política Comparada e 91,8% dos projetos em Relações Internacionais.

Prodanov e Freitas (2013, p. 131) afirmam que a metodologia qualitativa permite um “amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e a sua base teórica, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica”.

Taherdoost (2022) enumera algumas das vantagens da metodologia qualitativa, entre elas a possibilidade de obter informações detalhadas e aprofundadas sobre eventos, conhecer as experiências de indivíduos em diferentes momentos históricos, realizar uma pesquisa, pesquisa ideográfica, possibilita interagir com os participantes durante o processo de recolha de dados entre outros aspetos.

Neste trabalho, a metodologia utilizada será a qualitativa, visto que esta é a mais adequada para trabalhos académicos que procuram compreender fenómenos complexos, subjetivos ou sociais. A relação entre a China e Angola envolve interesses políticos, diplomáticos, económicos e sociais que não podem ser reduzidos apenas a números ou dados estatísticos.

A metodologia qualitativa permite explorar como essas relações são construídas, percebidas e justificadas pelos atores envolvidos.

A análise qualitativa permite abordar o contexto histórico, cultural e político dessa cooperação, algo que uma abordagem quantitativa dificilmente alcançaria com a mesma profundidade.

1. Enquadramento teórico

1.1 Os Consensos: Washington VS Pequim

Bortnik (2024, p. 5) diz-nos que “a globalização é um processo que afeta todos os aspetos da sociedade moderna: economia, política, cultura e ecologia. No seu centro estão dois modelos poderosos de globalização: “Americano”, baseado nos princípios do *Consenso de Washington*, e “Chinês”, baseado no *Consenso de Pequim*. Estes modelos determinam não só as políticas económicas dos países, mas também tendências globais nas relações políticas internacionais, na ordem económica mundial e desenvolvimento civilizacional geral”.

O desenvolvimento de África é alvo de debate há décadas, do qual surgiram vários modelos com o objetivo de ajudar o crescimento dos países africanos. Surge assim o Consenso de Washington, por parte dos tradicionais emissores de ajuda e investimento, especialmente os EUA (Azevedo, 2023). Os seus principais promotores organizacionais foram o FMI e o Banco Mundial, os quais um produto da conferência de Bretton Woods em 1944 (Babb & Kentikelenis, 2021).

Em finais dos anos 80, tentava-se resolver o crescimento lento dos países em desenvolvimento. Os choques petrolíferos e a desregularização do sistema monetário internacional que empurraram os países em desenvolvimento para a Crise de Dívidas Externas dos anos 70. Assim, Tesouro Norte-Americano, FMI e Banco Mundial debateram-se sobre a situação. O resultado ficou conhecido como o “Consenso de Washington” (Azevedo, 2023).

“Caberá a historiadores futuros discutir o ponto exato do fim do domínio do *Consenso de Washington*, no período pós-Guerra Fria”, é o que nos diz Hontz (2024, p.10). Segundo este, alguns autores apontam para a crise financeira de 2008, que deixou mercados emergentes à procura de capital disponível, à qual a China conseguiu responder inundando os mercados com o seu capital, mas há também quem diga que foi em 2009, altura em que a China ultrapassou os Estados Unidos como o maior exportador mundial de bens.

Hontz (2024) diz que com a entrada da China na OMC em 2001, o país entrou num rápido crescimento económico, impulsionado, entre outros fatores, por uma mão de obra barata e roubo de propriedade intelectual que se mostrou notavelmente bem-sucedida. Em 2008, o centro de gravidade económico mundial já não estava na Europa, mas sim na Ásia.

Foi neste contexto que Hontz (2024) diz que a China, insatisfeita com o *Status Quo* da ordem mundial se começou a rearmar, com foco na modernização e profissionalização, bem como no aumento dos recursos financeiros.

1.2 A Ajuda Pública ao Desenvolvimento

Segundo o site da OCDE, a APD é a ajuda governamental que promove o desenvolvimento económico e o bem-estar dos países em desenvolvimento, e tem sido a principal fonte de financiamento para a ajuda ao desenvolvimento desde que foi adotada pelo CAD da OCDE, em 1969.

A ajuda tem um enorme impacto no desenvolvimento dos países menos desenvolvidos, tendo a capacidade de reduzir níveis de pobreza, desenvolver relações internacionais, mas pode também conduzir a inflação, aumento da dependência, pressão económica e política, entre outros (Johnson, Muthukumarana & Kariyawasam, 2022).

A ajuda pode ser fornecida na forma de *grants* ou *loans*. *Grants* são fundos não reembolsáveis, enquanto *loans* devem ser pagos com ou sem juros durante um período especificado. Os países recetores podem também receber ajuda na forma de assistência técnica, ou seja, através da transferência de conhecimento e ajuda especializada para o país recetor. A Ajuda também pode chegar sob a forma de ajuda humanitária, em caso de desastres naturais e conflitos armados, por exemplo (Oromo & Orji, 2022).

Críticos da ajuda externa como Jingyi (2023) apontam para a possibilidade da ajuda externa afastar o investimento de capital privado e não consegue promover o desenvolvimento económico, mas também se tornou uma ferramenta usada pelos governos recetores para fortalecer o regime autoritário, em vez de promover o desenvolvimento.

Jingyi (2023) afirma que a ideia do Ocidente relativamente à ajuda a África é mais utilitária, utilizando a ajuda externa como ferramenta política, que carrega condições políticas à ajuda, forçando os países recetores a aceitarem reformas, enquanto a ajuda da China é mais progressista, sem condicionalidades e não interfere nos assuntos internos do país recetor.

1.2.1 O Comité de Assistência ao Desenvolvimento

O CAD é um fórum para as questões relacionadas com a ajuda, o desenvolvimento e a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. O CAD rapidamente descobriu que alguns países estavam a pagar consideravelmente mais – proporcionalmente – do que outros. Em 1969, foi fixado em 0,70% de APD sobre o PNB. Em 2021, segundo dados da Comissão Europeia, a média da União Europeia situava-se em 0,49% (Johnson, Muthukumarana & Kariyawasam, 2022).

1.2.2 Os valores da APD

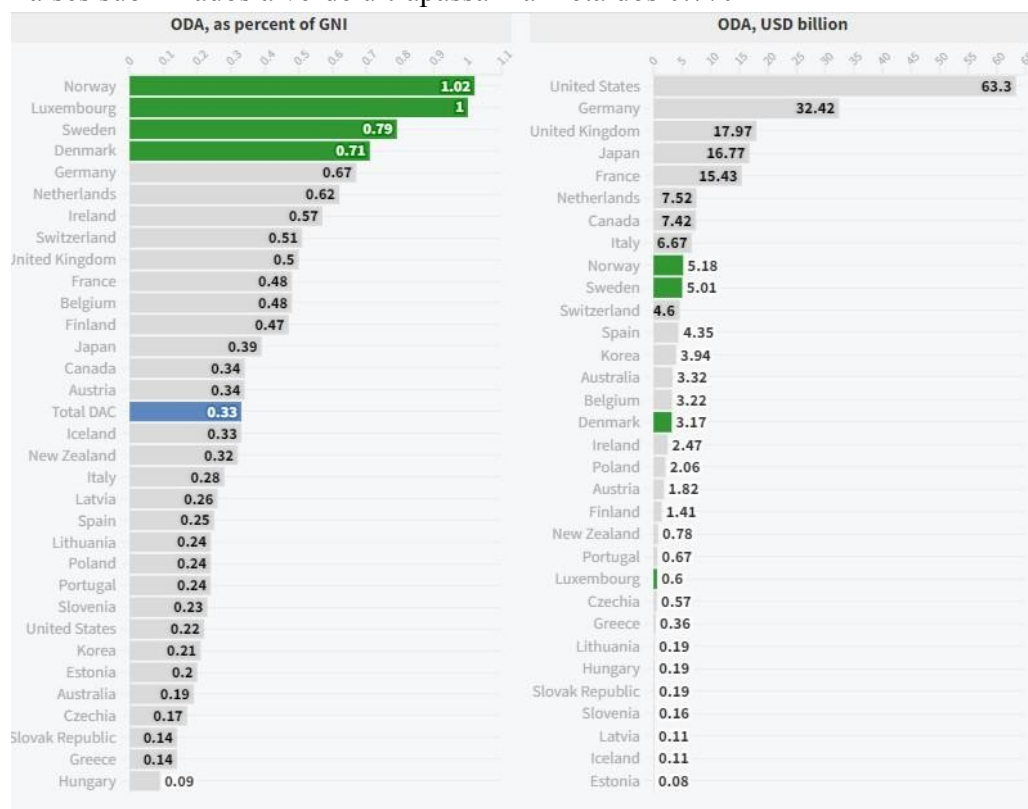
Segundo a *UNCTAD*, a APD global atingiu níveis recorde em 2022, na ordem dos 287 mil milhões USD, mas continua aquém da meta de ajuda do ODS 17. A APD dos doadores do CAD permaneceu 143 mil milhões USD abaixo da meta dos 0,7% do seu rendimento nacional bruto. Entre 2021 e 2022, a APD para os países em desenvolvimento diminuiu 2%. Caiu na ordem dos 3,5% para África, Ásia e Oceania e países menos desenvolvidos. Para

além disto, a ajuda chega cada vez mais na forma de empréstimos concessionais, em vez de doações, o que aumenta o peso da dívida dos países em desenvolvimento. Prizzon e Getzel (2023) falam num aumento da APD entre 2021 e 2022 impulsionado pela compra de vacinas e, em 2022, pela guerra na Ucrânia. A despesa para apoiar os refugiados nos países doadores também está a aumentar. Se a contabilização desta ajuda for excluída, o nível de ajuda de muitos doadores desapareceria.

Outra questão importante relacionada com a APD é o ambiente e particularmente a agricultura. Segundo Li, Guo e Wang (2024) recorrendo a dados da FAO, os desastres naturais causados pela degradação ambiental só irão piorar a escassez alimentar e disseminar doenças. Também Waha et al. (2018) e o BM (2018) usando os dados do BAD, constataam que o crescimento económico agrícola tem um impacto maior na redução da pobreza do que o crescimento económico não agrícola, especialmente em países de baixo rendimento.

Os ODS relacionados com o desenvolvimento económico agrícola incluem acabar com a fome, atingir a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável. Fundos para a APD devem ser aplicados de forma a encorajar o desenvolvimento económico agrícola nos países africanos, visto que a APD tem um impacto positivo no ambiente em países muito dependentes da agricultura (Li, Guo & Wang, 2024).

Figura 1: Percentagem (%) e valor real que cada país gasta do seu RNB em APD Nota: Países sublinhados a verde ultrapassam a meta dos 0.7%



Fonte: [OECD \(2025\), Flows by donor \(ODA+OOF+Private\) \[DAC1\]](https://www.oecd.org/en/topics/official-development-assistance-oda.html); retirado do site da OCDE, disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/official-development-assistance-oda.html>

1.3 O Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)

Para entendermos melhor este organismo, recorreu-se ao site *Africa-China Centre for Policy & Advisory*¹ e ao site oficial do *FOCAC*². De acordo com o primeiro, em 2000, o FOCAC foi estabelecido como uma plataforma trienal para coordenação política de alto nível, marcando o início de uma nova era. Machado (2021) diz que o comércio entre a China e os países africanos atingiu o valor de 208,7 mil milhões USD em 2019, tendo a China se tornado o maior parceiro comercial do continente. Já Rodrigues (2021) afirma que o FOCAC serviu para a China assegurar o acesso a recursos energéticos, promovendo a cooperação entre Beijing e os países africanos. É importante mencionar também o *Fórum Macau*, que veio promover uma aproximação regional aos países de língua portuguesa maximizando a cooperação e o investimento entre ambos.

Segundo Rodrigues (2021), em 2000, quando se deu o primeiro FOCAC, a China reduziu e cancelou as dívidas que os países africanos tinham para com Pequim, no valor de 1,2 mil milhões USD e foi dado um impulso ainda à ajuda externa ao continente africano.

1.3.1 FOCAC e a sua importância nas relações China-África

Através do FOCAC, a China solidificou o seu papel como parceiro preferencial de África, promovendo o diálogo e a colaboração entre a China e as nações africanas. A parceria entre África e a China baseia-se no respeito mútuo, na igualdade e na cooperação vantajosa para todos. O FOCAC proporciona um ponto de encontro para os países africanos e a China trocarem ideias, fazerem acordos e desenvolverem estratégias para reforçar a cooperação económica e melhorar o desenvolvimento sustentável de África. A FOCAC enfatiza a cooperação pragmática através de iniciativas como o Fundo de Desenvolvimento China-África, o Fundo de Cooperação para a Capacidade Industrial China-África e a *Belt and Road Initiative (BRI)*, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de infraestruturas, a industrialização e o crescimento sustentável em toda a África. Os compromissos crescentes de empréstimos da China ao abrigo do FOCAC oferecem vantagens significativas para África, principalmente ao abordarem o défice substancial de infra-estruturas do continente e ao promoverem o desenvolvimento económico. África tem sido um mercado-chave e uma fonte de matérias-primas para o impulso industrial da China.

¹ disponível em: <https://africachinacentre.org/understanding-focac-a-comprehensive-overview-and-key-insights/>

² disponível em http://www.focac.org/eng/ttj_3/tjz/

Relativamente ao site do *FOCAC*, este diz-nos que o organismo tem como bases a Consulta igualitária, melhorar a compreensão, expandir o consenso, fortalecer a amizade e promover a cooperação. Podemos também verificar que à exceção de Eswatini, todos os países africanos são agora membros do *FOCAC*.

1.4 A maldição dos recursos naturais e a *Dutch Disease*

1.4.1 O que é a maldição dos recursos?

Existem alguns estudos que demonstram que os recursos naturais, podem dificultar o crescimento económico e o desenvolvimento (Corden & Neary, 1982; Sachs & Warner, 1995; Gylfason, 2001; Mehlum et al., 2006a; Beck, 2011)³. Cassinela e Cacknazarof (2023) afirmam que os vastos recursos naturais em África podem ser uma maldição se forem mal geridos. Esta ideia tem sido referida como a *maldição dos recursos naturais*, fenómeno que é atribuído a vários fatores como à *Dutch disease*, fraca qualidade institucional, investimento limitado no desenvolvimento do capital humano, e um ritmo lento de desenvolvimento financeiro. Entenda-se por *Dutch disease*, “O termo que refere uma situação, em que o setor em expansão dos recursos naturais (por exemplo, petróleo) leva a uma apreciação da taxa de câmbio, exclui o setor industrial e afeta negativamente a economia (...) os recursos e a produção aumentarão no sector do boom petrolífero, mas cairão no setor agrícola e de manufatura” (Benhin & Alssadek, 2023, p.2).

Sachs e Warner (1995)⁴ mostraram uma relação negativa entre a abundância de recursos naturais e o crescimento económico numa amostra de 97 países, analisados entre 1970 e 1990. Os resultados demonstraram que os recursos naturais aumentam o nível de corrupção, reduzem a qualidade burocrática, enfraquecem o *Estado de Direito*, levando a uma má qualidade institucional.

Outra explicação para a *maldição dos recursos naturais* é a menor qualidade institucional. Leite e Weidmann (1999) e Tornell e Lane (1999)⁵ mostraram que recursos naturais podem criar uma motivação para os políticos se envolverem em atividades não económicas, como *rent-seeking* e corrupção. Isso leva ao fornecimento de bens públicos deficientes e, por vezes, à má qualidade de vida. Mien & Goujon (2021) corroboram isto ao afirmar que a corrupção é sempre uma preocupação nos países ricos em recursos. Entre os 10 países mais mal classificados em 2020 no Índice de Perceção da Corrupção, 8 países são, ou já foram, países produtores de petróleo. Collier e Hoeffler (2005), Rosser (2006) e De Soysa e Neumayer (2007)⁶ salientaram que os recursos naturais colocam os países em risco de uma guerra civil devido à ganância de rebeldes e descontentamento sobre a má alocação da riqueza proveniente dos recursos naturais (Benhin & Alssadek, 2023).

3 (Corden e Neary, 1982; Sachs e Warner, 1995; Gylfason, 2001; Mehlum et al., 2006a; Beck, 2011) citados em Benhin e Alssadek (2023, p.1)

4 Sachs e Warner (1995) citados em Benhin e Alssadek (2023, p.2)

5 Leite e Weidmann (1999) e Tornell e Lane (1999) citados em Benhin e Alssadek (2023, p.4)

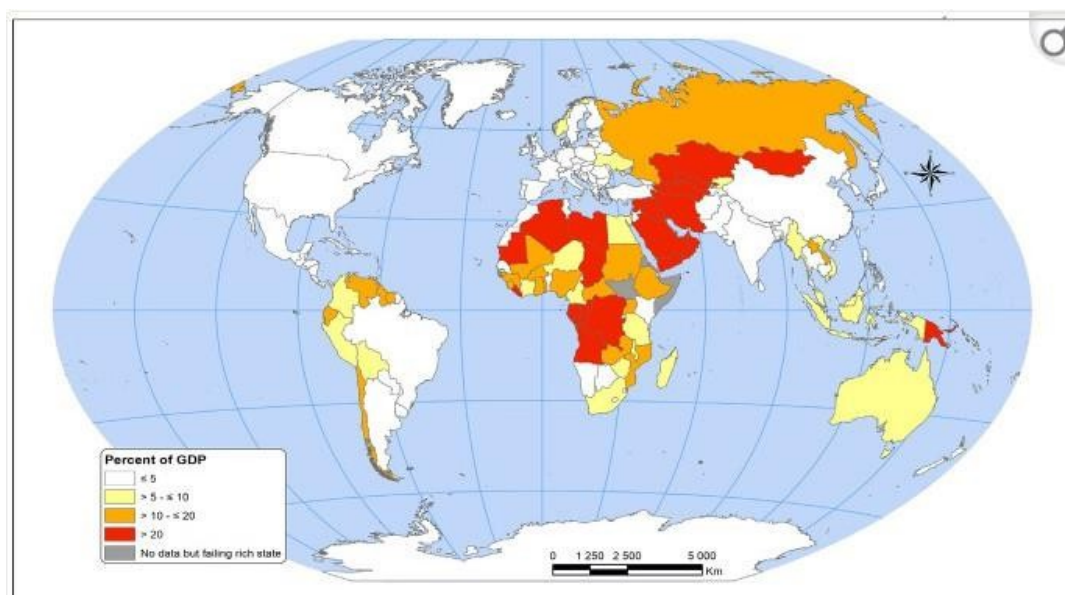
6 Collier e Hoeffler (2005), Rosser (2006) e De Soysa e Neumayer (2007) citados em Benhin e Alssadek (2023, p.4)

Mehlum et al. (2006)⁷ argumentaram que os recursos naturais diminuem o crescimento económico apenas em países com instituições fracas, ao mesmo tempo que aumentam o crescimento apenas em países com instituições bem estabelecidas. Robinson et al. (2006)⁸, defende que boas instituições estão associadas a níveis mais elevados de responsabilidade, racionalidade, prestação de contas e melhor gestão dos recursos do setor público.

1.4.2 Um ciclo vicioso

Ross (2001)⁹ defendeu que os políticos em países ricos em recursos naturais têm menos motivação para fornecer bens públicos de maior qualidade, como saúde e educação, porque acreditam que as receitas são obtidas principalmente através da exportação de recursos naturais, e não em impostos locais. A *Dutch Disease* também pode conduzir a desigualdades em países ricos em recursos, ao canalizar todas as suas receitas para os setores dos recursos, agravando, as desigualdades pré-existentes particularmente se a maior parte das receitas dos recursos for capturada por uma pequena elite (Mien & Goujon, 2021).

Figura 2: mapa ilustrativo dos países mais ricos em recursos naturais



Fonte: WDI Natural resources rents are the sum of oil, gas, coal, mineral and forest rents (em % de PIB): Retirado Mien e de. Goujon (2021)

⁷ Mehlum et al. (2006a) citados em Benhin e Alssadek (2023, p.6)

⁸ Robinson et al. (2006) citados em Benhin e Alssadek (2023, p.6)

⁹ Ross (2001) citado em Benhin e Alssadek (2023, p.8)

O *boom* e a queda nos preços dos recursos naturais causam volatilidade macroeconómica, o que enfraquece o desenvolvimento financeiro ao reduzir e aumentar constantemente a incerteza para o investimento, e desencorajando o crescimento ideal e a diversificação da economia (Van Der Ploeg & Poelhekke, 2009; Kurronen, 2012)¹⁰.

1.4.3 O caso de Angola

Olhemos para Angola, o caso específico a ser estudado nesta dissertação. Cassinela e Cacknazarof (2023) constataam que após o fim da guerra civil em 2002, Angola emergiu como um dos principais produtores de petróleo em África. A produção no país quadruplicou nas últimas duas décadas, tornando-se o principal produto que o país exporta. Angola tem dependido fortemente da importação de bens e produtos em vez de incentivar a produção e o comércio local, excluindo assim uma parte significativa da população dos setores produtivos (...), deixando o país vulnerável às flutuações do preço do petróleo.

A exploração petrolífera emprega apenas 4% da população ativa. Contudo, mais de 70% dos angolanos dependem da agricultura para a sua subsistência, mas o país ainda importa mais de 50% dos seus alimentos (Bad, 2023).

1.4.4 Quebrar a maldição

Cassinela & Cacknazarof (2023) abordam a necessidade de questionar a má governação, a falta de incentivo à industrialização local e as disparidades persistentes na pobreza. A corrupção no país tem sido um desafio enorme, afetando a eficácia dos programas de redução da pobreza e da desigualdade, desviando recursos e a minar a confiança nas instituições. Garwi (2023) afirma que a corrupção, a burocracia e a falta de transparência podem reduzir o investimento, impedir o crescimento empresarial e minar a confiança pública.

A riqueza impulsionada pelos recursos naturais, especialmente o petróleo, não se traduz em progresso social. A desigualdade, a pobreza e a falta de acesso aos serviços básicos persistem, enquanto a dependência excessiva destes recursos limita o crescimento. Para um desenvolvimento mais inclusivo, Angola precisa de diversificar a sua economia, investir em infra-estruturas sociais e fortalecer as suas instituições para combater a corrupção (Cassinela & Cacknazarof, 2023).

¹⁰ (Van Der Ploeg e Poelhekke, 2009; Kurronen, 2012) citados em Benhin e Alssadek (2023, p.13)

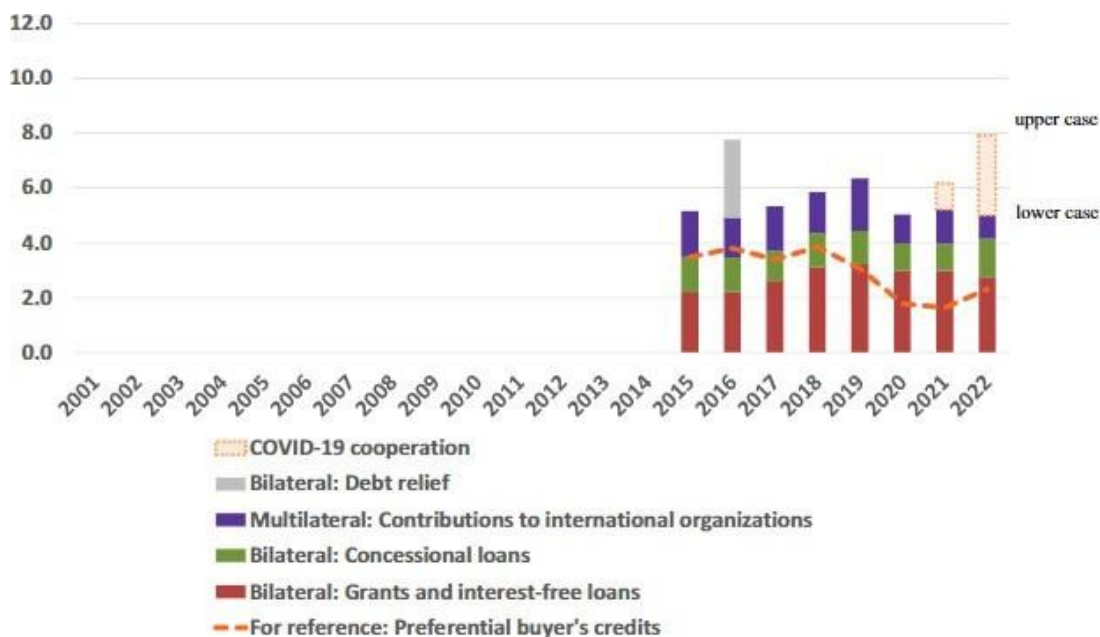
1.5 O papel da China

Na última década, a China tornou-se um ator importante no continente africano e mudou as perspectivas de desenvolvimento económico do continente. Dadas as suas dimensões populacionais semelhantes, os dois mercados têm o potencial para integrar fortemente as suas economias e redesenhar as redes comerciais globais(...) Sob a iniciativa da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative* (BRI)), que por sua vez é financiada pelos maiores bancos chineses, pelo Fundo da Rota da Seda e por instituições multilaterais (Mrdaković & Todorović, 2023).

Segundo Kitano e Miyabayashi (2023) estima-se que a ajuda externa da China em doações tenha aumentado entre 2015 e 2019 de 5,2 para 6,4 mil milhões USD, e terá aumentado de novo para 6,2 mil milhões USD em 2021, após uma queda em 2020, e 7,9 mil milhões USD em 2022.

Jingyi (2023) diz-nos que a China não segue os padrões de ajuda da OCDE. A China divide a ajuda em ajuda não reembolsável, empréstimos sem juros e empréstimos concessionais. A ajuda não reembolsável e as despesas com empréstimos sem juros são fornecidas por financiamento nacional enquanto empréstimos concessionais são fornecidos pelo *Export-Import Bank of China*.

Figura 3: Ajuda externa chinesa numa base de doações (USD)



Disponível em: Kitano e Miyabayashi (2023, p.283), URL: <https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/24761028.2024.2316532?needAccess=true>

1.5.1 Ajuda chinesa em África

A China está a projetar o seu poderio económico e a delinear o desenvolvimento de África. As empresas chinesas aumentaram a sua presença em África e mudaram o padrão das relações comerciais e de investimento para com os países africanos. Com o novo acordo da zona de comércio livre continental africana (AfCFTA) em conjunto com a BRI, têm o potencial de alterar o curso do desenvolvimento em África (Mrdaković & Todorović, 2023). Isto deve-se em parte ao facto de a maioria das nações africanas que participam na AfCFTA também são estados membros da BRI. Espera-se que isto estimulem o comércio, os investimentos e o desenvolvimento de infra-estruturas na região (Mrdaković & Todorović, 2023).

De acordo com Esteban e Olivie (2022), a China tornou-se fundamental no desenvolvimento de muitos países, o que tem conduzido a escrutínio apertado à forma como Pequim conduz a sua ajuda. Já do lado chinês, muitos condenam a cooperação ocidental, mais especificamente, as instituições de cooperação ocidental por limitar a capacidade das autoridades do país beneficiário de tomarem decisões soberanas. Este argumento é contrariado por alegações do Ocidente.

Aliás, Esteban e Olivie (2022) alegam que alguns agentes dos países do CAD alegam que projetos de ajuda financiados pela China, como o Hospital Geral Tirunesh-Pequim e o Hospital Geral Addis Silk Road, são verdadeiros "elefantes brancos", subutilizados, construídos sem atender às necessidades do sistema de saúde da Etiópia.

Em termos de transparência, Esteban e Olivie (2022) afirmam que doadores ocidentais na Etiópia se mostram muito mais preocupados com transparência, por considerarem que ajuda a tornar a cooperação para o desenvolvimento mais eficaz, e como sendo parte integrante da democracia, acusando os seus homólogos chineses de não darem a devida importância à transparência. Argumentam ainda que a China se foca nos seus próprios interesses através da sua cooperação, o que juntamente com o alegado respeito à soberania dos Estados beneficiários, significa que Pequim atribui toda a responsabilidade pelo impacto dos seus projetos às autoridades dos países beneficiários.

Dito isto, Esteban e Olivie (2022) afirmam que a ajuda chinesa está cada vez mais consciente dos benefícios de colocar maior ênfase no possível retorno dos seus projetos, de forma a garantir o seu sucesso a longo prazo, e a prestar cada vez mais atenção ao *capacity-building*.

As opiniões quanto à ajuda chinesa divergem. Defensores da ajuda chinesa em África afirmam que a estratégia da China é vantajosa devido a restrições e regulamentações menos rigorosas, que os empréstimos realmente renderam avanços indispensáveis em infraestrutura, como estradas e barragens hidrelétricas (Mutai et al. 2024).

Bond (2016) e Taylor (2016) dizem que “novas instituições, como o Novo Banco de Desenvolvimento representam formas de “finanças sub imperialistas” e servem como mecanismos para redirecionar o limite do superavit mundial. A crescente interação entre os BRICS e África serve para aumentar a dependência de África face à economia global”.

Afirmam ainda que “o bem-estar dos cidadãos africanos foi quase totalmente negligenciado” Jingyi (2023, p.1) recorda que o Presidente Xi elogiou as relações China-África ao dizer que “A China e a África forjaram um laço inquebrável de fraternidade na luta contra o imperialismo e o colonialismo e consolidaram o espírito eterno de amizade China-África com amizade sincera, igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum”.

Jingyi (2023) dá o exemplo do enorme empréstimo da China a Angola em junho de 2015, fortemente criticado pelos angolanos, que viram o empréstimo como uma forma de tornar a relação entre os dois países mais desigual, mas também com potencial para aumentar o custo de vida dos moradores locais. Segundo o autor, com a criação do FOCAC e a implementação da BRI, os campos de atuação da ajuda chinesa bem como a sua escala expandiram drasticamente, culminando num aumento da influência chinesa em África aumentou. No entanto, a imagem China foi suprimida pelo Ocidente que oferece uma grande resistência à cooperação da China com África.

1.5.2 O surgimento das relações sino-angolanas

Na década de 1960, a China forneceu apoio diplomático e militar ao MPLA. A China também começou a apoiar a FNLA e a UNITA mais tarde. Mao Zedong começou também, em 1964, a enviar armas para as bases militares da FNLA. Jonas Savimbi, líder da UNITA, recebeu treino militar da China. As relações entre a China e Angola foram oficialmente estabelecidas em 1983 (Hamdun, 2022).

Quando a guerra civil terminou em 2002, a China ofereceu apoio financeiro e material para a reconstrução do país. Grande parte da dívida que Angola tem com a China deve-se a projetos de reconstrução ferroviária, estradas, hospitais e moradias públicas nas províncias de Angola. Infelizmente, grande parte da infraestrutura construída por empresas chinesas eram de qualidade extremamente baixa, como um hospital em Luanda que teve que ser abandonado por medo de colapso logo após sua conclusão (Marques & Duesterberg, 2023).

Os anos que se seguiram à guerra civil foram bastante difíceis devido à destruição maciça das cidades e à falta de confiança em Angola de organizações e outros países. Face à ausência de colaboração ocidental, a China aproveitou para reforçar a sua presença no país (Rodrigues, 2021).

O petróleo assumiu o papel fundamental no reforço das relações bilaterais, sendo o principal produto nas trocas comerciais entre os dois países. Empresas chinesas no país também aumentaram consideravelmente, nomeadamente as de construção civil (Rodrigues, 2021).

2 Consenso de Washington VS Pequim

2.1 O Consenso de Washington

De acordo com Bortnik (2024), o *Consenso de Washington* foi desenvolvido no final da década de 1980 e incluía recomendações para os países em desenvolvimento, nomeadamente recomendações como disciplina fiscal, realocação de despesas públicas, reforma tributária, liberalização financeira, unificação cambial, liberalização comercial, privatização, desregulamentação e proteção de direitos de propriedade.

Este modelo apresenta uma estrutura que respeita o Direito internacional e normas que regem as relações entre os Estados e instituições multilaterais, e tem como objetivo respeitar a soberania e a igualdade dos Estados, manter a paz entre Estados e povos, garantir a resolução de conflitos através do recurso às instituições e ao Direito internacional, reduzir as barreiras e aumentar a transparência (Bortnik, 2024).

Segundo Bortnik (2024) este modelo permitiu alcançar desenvolvimento económico internacional considerável (crescimento do PIB global em 347%) e a diferença entre os rendimentos dos países diminuiu 37% entre 1990 e 2019 (Banco Mundial, 2023)¹¹

2.2 Críticas ao Consenso de Washington

Contudo, a implementação dos princípios também trouxe os seus aspetos negativos, como explica Bortnik (2024), quando diz que assistimos ao crescimento de modelos globalistas de cooperação económica e política, baseados nos modelos da América do Norte e da Europa Ocidental, orientados para a concretização dos interesses de curto prazo dos países desenvolvidos, pressionando países em desenvolvimento a eliminar as barreiras comerciais e a manter as suas próprias, mantendo estes países em situação de atraso económico e dependentes dos países desenvolvidos, contribuindo para uma economia global fortemente desigual e que coloca restrições à soberania nacional destes países. o *Consenso de Washington* estava “standardizado”, visto que foi originalmente concebido para a América Latina, o plano foi aplicado quase imediatamente aos países africanos endividados de forma semelhante (Babb & Kentikelenis, 2021), o que leva Azevedo (2023) a chamar a atenção para a estratégia de desenvolvimento do Consenso de Washington de “one size fits all”.

Com a imposição do *Consenso de Washington*, o continente nunca passou do estado de subdesenvolvimento para o estado de desenvolvimento sustentável (Niyitunga & Ragolane, 2024).

Muitos académicos acabaram por denunciar o Consenso como sendo uma imposição dos valores e ideais ocidentais ao Sul-global (Azevedo, 2023). Babb & Kentikelenis (2021) afirmam que tudo parece apontar para ligações entre interesses privados e a promoção, por parte dos Estados Unidos, do Consenso de Washington.

11 citado em Bortnik (2024, p. 6); gráfico representativo desta evolução disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/%20NY.GDP.PCAP.PP.CD?locations=CL>

2.3 O consenso de Pequim

Bortnik (2024) diz que o *Consenso de Pequim* foi inicialmente proposto no início dos anos 2000, e rege-se por um conjunto de princípios alternativos que enfatizam a importância da regulamentação governamental, inovação, reformas e bem-estar social. Este modelo foi implementado com sucesso na China, onde o PIB per capita cresceu de 155 dólares para 10.500 dólares entre 1978 e 2020 (Banco Mundial, 2023)”¹². Azevedo (2023) afirma que os principais objetivos do *Consenso de Pequim* eram a inovação tecnológica, ambição de um crescimento económico sustentável e equitativo e um controlo das políticas de desenvolvimento.

Durante o seu discurso na 70ª Assembleia Geral da ONU, Xi Jinping disse: “Devemos reafirmar o nosso compromisso com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, criar um novo tipo de relações internacionais baseadas na cooperação e nos benefícios mútuos(...)” (Embaixada da RPC, 2015)¹³.

Segundo Bortnik (2024) os objetivos que o Presidente Xi realçou na altura foram política, segurança, economia, cultura e ecologia. Babb & Kentikelenis (2021) constam que a China e outros governos de países em desenvolvimento criaram dois novos bancos multilaterais de desenvolvimento em 2014, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Infraestrutura Internacional. Assim, nas últimas duas décadas, estes países deixaram de recorrer a empréstimos do FMI. Segundo este novo modelo, os principais objetivos passariam pelo foco nos valores humanos, respeito pelos direitos e liberdades civis, desenvolvimento do diálogo e parceria entre civilizações, garantia do equilíbrio de interesses e igualdade de oportunidades para todos os países, etc. (Bortnik, 2024).

Bortnik (2024) realça que esta abordagem se baseia no princípio do *State-led development*. O governo chinês desempenhou um papel crucial na economia, investindo em setores estratégicos e garantindo que o crescimento económico está em linha com os objetivos de desenvolvimento nacional.

Bortnik (2024) faz alusão ao livro “The Beijing Consensus” (2004), de Joshua Cooper Ramo, onde este enfatiza que o *Consenso de Pequim* proporciona um modelo de desenvolvimento alternativo, especialmente para os países em desenvolvimento, enfatizando a inovação, soberania e multilateralismo, em oposição à abordagem de “One size fits all” do *Consenso de Washington*. Niyitunga e Ragolane (2024) afirmam que as empresas chinesas estão já presentes em quase todos os países africanos, com mais de 1000 empresas a operar no continente.

¹² citado em Bortnik (2024, p.8); gráfico representativo desta evolução disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN>

¹³ citado em Bortnik (2024, p.8); discurso disponível em: http://ru.china-embassy.gov.cn/rus/ztbd/QQ13/201512/t20151202_3113377.htm

Por outro lado, existe uma suspeita crescente que a China utiliza a sua ajuda para ganhar alianças e aumentar o seu poder político internacional face ao Ocidente (ver discussão em Drezner, 2009; Halper, 2010).¹⁴ Contudo, a China não parece ter mais interesses próprios do que os seus homólogos ocidentais (Dreher et al., 2018: 2), rejeitando as preocupações de que a ajuda da China prejudica o desenvolvimento (Naim, 2007).¹⁵

Alguns estudos afirmam que quando os empréstimos se destinam a projetos de infraestruturas, os países preferem fundos chineses (Swedlund, 2017).¹⁶

Um dado importante para esta dissertação é abordado por Landry (2021) que nos diz que em 2016, Angola recebeu 19 mil milhões de Dólares (USD) em empréstimos da China, o que representa 63% de todos os empréstimos chineses para África nesse ano.

O *Consenso de Pequim* defende uma maior responsabilidade do Estado relativamente ao desenvolvimento económico, enquanto o *Consenso de Washington* favorece as forças de mercado e a intervenção estatal mínima. A abordagem de Pequim insiste na estabilidade social e reformas graduais, já o modelo de Washington prefere a eficiência e a rápida liberalização. A atenção da China está no investimento em infraestruturas enquanto a ênfase dos EUA está na financeirização e na mobilidade de capitais (Bortnik, 2024).

Críticos do *Consenso de Washington* apontam para o facto que este modelo não se tem preocupado o suficiente com aspetos sociais, o que em alguns casos, tem levado ao aumento da desigualdade e instabilidade económica, enquanto o *Consenso de Pequim* faz ênfase ao bem-estar social e desenvolvimento sustentável (Bortnik, 2024).

2.4 Críticas ao Consenso de Pequim

Cormier (2022) afirma que países em desenvolvimento menos transparentes obtêm mais crédito chinês do que crédito ocidental, por dois motivos principalmente: A China prefere emprestar a países menos transparentes porque isso ajuda a evitar que os seus empréstimos sejam excessivamente escrutinados, mas também porque os países que recebem os empréstimos de Pequim, usam a China para evitar o crédito ocidental, que condiciona o país recetor do financiamento a uma maior transparência. Esta ideia parece ser apoiada por Landry (2021) quando este diz que os países ocidentais prestam maiores níveis de ajuda do que a China para países africanos com melhores índices de corrupção, e melhor colocados em questões de direitos humanos. Landry aborda Dreher & Fuchs (2015) quando estes afirmam que a alocação de financiamento da China parece estar ligada aos seus interesses de exportação e considerações geopolíticas, como padrões de votação da ONU.

A relação entre China e África passa assim por um uso dos recursos africanos por parte de Pequim, e em troca, países africanos recebem bens de baixo custo provenientes da China (Niyitunga & Ragolane, 2024).

¹⁴ citado em Cormier (2022, p.300)

¹⁵ (Dreher et. al, 2018:2) e (Naim, 2007) citados em Cormier (2022, p.300)

¹⁶ citado em Cormier (2022, p.301)

Por sua vez, para o *Consenso de Washington*, a transparência tornou-se um componente essencial para receber ajuda, com credores multilaterais e bilaterais que enfatizam a transparência como parte das reformas de boa governança (Best, 2014; Clark & Dolan, 2021; Cormier & Manger, 2021; Kentikelenis et al., 2016; Banco Mundial, 2020)¹⁷. É também importante mencionar que o acesso aos mercados está monopolizado pelas empresas chinesas (Dreher et al., 2018; Kaplan, 2021) e ao uso de mão de obra chinesa (Huang et al., 2018; Mattlin & Nojonen, 2015), o que deteriora a situação do trabalho doméstico e da indústria nos locais onde chega o investimento chinês (Isaksson & Kotsadam, 2018)¹⁸. Niyitunga & Ragolane (2024) apontam ainda para as dívidas enormes que países africanos contraíram com a China, e que deveriam pagar, o que tem alimentado uma preocupação crescente sobre o envolvimento da China no continente.

Niyitunga & Ragolane (2024) dizem-nos que embora o envolvimento entre China e África tenha conduzido a ganhos infra-estruturais e económicos, levantou também preocupações sobre a sustentabilidade da dívida africana e causou o fortalecimento de regimes autoritários e semi-autoritários.

Mas a insistência na transparência também merece a sua dose de críticas. O presidente do Ruanda, Paul Kagame, criticou a insistência ocidental na transparência como uma ferramenta para “tentar influenciar a tomada de decisões para promover os seus próprios interesses” (Cormier, 2022, p.304).

3. China em África

3.1 Empréstimos chineses a África

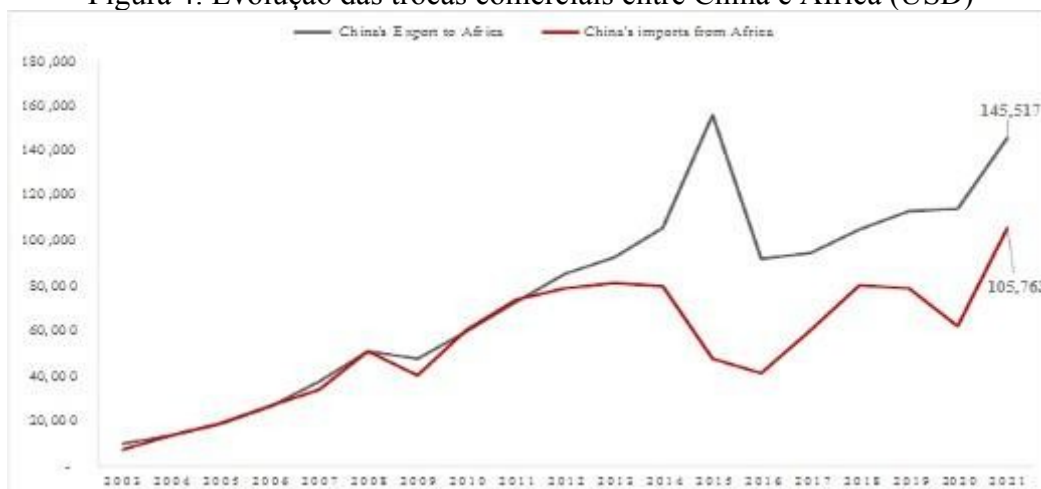
Mutai et al. (2024) dizem-nos que entre 2000 e 2020, financiadores chineses envolveram-se em 1.188 acordos de empréstimo num valor de 160 mil milhões USD com vários governos africanos, empresas estatais e organizações multilaterais regionais, sendo que os alguns dos principais beneficiários destes empréstimos são Angola, Etiópia, Zâmbia e Quênia. O Exim Bank continuou a ser o maior credor na África, tendo no período entre 2000 e 2022, concedido mais de 600 empréstimos a países africanos.

A procura da diversificação de mercados por parte do governo chinês teve dois grandes motivos: o primeiro pela necessidade de garantir a segurança energética, cujos os países africanos podem assegurar, mas também na aliança entre países africanos e a China no seio da ONU, nomeadamente pelo incidente na Tiananmen Square, em 1989, pelo qual a China foi fortemente criticada e pressionada por violação dos Direitos Humanos, sendo que os países africanos contribuíram para atenuar a pressão internacional (Rodrigues, 2021).

17 (Best, 2014: 118–25; Clark & Dolan, 2021: 44–45; Cormier & Manger, 2021: Fig.2; Kentikelenis et al., 2016: 558; Banco Mundial, 2020) citados em Cormier (2022, p. 303)

18 (Dreher et al., 2018: 9; Kaplan, 2021:3), (Huang et al., 2018: 33, 243, 251; Mattlin & Nojonen, 2015) e (Isaksson & Kotsadam, 2018) citados em Cormier (2022, p.30)

Figura 4: Evolução das trocas comerciais entre China e África (USD)



Fonte: Mrdaković & Todorović (2023)

Outro dado importante para o tema desta dissertação é obtido de Mrdaković e Todorović (2023), quando estes referem que Angola, África do Sul, RD Congo e República do Congo são os principais mercados de importação da China em África, particularmente quando olhamos para os números de Angola. Só em 2021, a China importou de Angola crude no valor de 21 mil milhões USD.

3.2 Motivações dos empréstimos chineses

Mutai et al. (2024) afirmam que a relação entre a China e África exemplifica a teoria da dependência. A China usa os recursos dos países africanos para promover seu próprio crescimento. De acordo com esta teoria, a ajuda chinesa leva as nações africanas a ficarem dependentes de Pequim. Consequentemente, as trajetórias económicas desses países tornaram-se ligadas ao crescimento da China, deixando-os vulneráveis aos interesses económicos e à exploração da China. Caso os países africanos falhem aos pagamentos, esses empréstimos podem resultar em dependência contínua da China, dificultando o crescimento económico e comprometendo a soberania nacional.

Chorev (2023, p.15)¹⁹ argumenta que: “O envolvimento da China no desenvolvimento da zona do Canal do Suez pode dar controlo sobre comunicações e muito mais, que poderá ser utilizado quando necessário contra as operações navais dos EUA na região. A China participa também na construção de caminhos-de-ferro em África, em países como Quênia, Etiópia, Tanzânia e Uganda.”

19. Chorev (2023, p.15) citado em Mrdaković S., Todorović M. (2023, p.181)

3.3 Consequências negativas dos empréstimos chineses

Alguns estudos mostram que há uma ligação entre a ajuda chinesa e o aumento de conflitos. Sardoschau e Jarotschkin (2024) afirmam que um aumento de 10% nos projetos de ajuda chineses está correlacionado com um aumento de 6% nos incidentes de conflito. Este aumento de conflitos envolve essencialmente atores não estatais, como milícias e grupos rebeldes, bem como os seus confrontos com as forças governamentais. Esta descoberta de Sardoschau e Jarotschkin (2024) enfatiza as consequências adversas da abordagem “sem restrições” da ajuda chinesa. Há também quem aponte para outros aspetos negativos da ajuda chinesa. Grant Harris, o principal diplomata africano na administração Obama, descreveu os empréstimos chineses como “as metanfetaminas do financiamento de infra-estruturas: altamente viciantes, prontamente disponíveis e com efeitos negativos a longo prazo que superam qualquer efeito temporário” (Sautman 2019)²⁰.

Asante (2018) afirma que as consequências do aumento da dívida nos países africanos poderão ser terríveis para manter os progressos limitados alcançados até agora, tornando a relação sino-africana numa espécie de neo-imperialismo.

Os motivos da ajuda chinesa foram chamados de “diplomacia da armadilha da dívida”, tendo como objetivo a longo prazo prender os países africanos a dívidas que não podem pagar e, eventualmente, aproveitar essa oportunidade para obter recursos africanos ou *assets* importantes (Kazeem 2020)²¹.

3.4 Consequências positivas dos empréstimos chineses

O envolvimento de África com a China apresentou benefícios, principalmente na redução da falta de infra-estruturas no continente. Vários líderes africanos apoiam a parceria com a China, que é vista como um substituto dos doadores ocidentais no continente, que regularmente vinham acompanhados de condições exigentes (Kwasi 2019)²².

20 (Sautman 2019) citado em Mlambo (2022, p.1)

21 (Kazeem 2020) citado em Mlambo(2022, p.2)

22 (Kwasi 2019) citado em Mlambo(2022, p.8-9)

Figura 5: Quadro alusivo às vantagens e desvantagens associadas a vários doadores em África

Financing Source	Advantages	Disadvantage
China	Low interest Long maturity and grace period National sovereignty Policy autonomy	Lack of transparency Closed financial loop
IFIs (IMF and World Bank) and the rest of the world	Interest rates depends on the country rating Financing or support targets inclusive economic growth	Conditions, such as quantitative performance Conditions increasingly touch sensitive economic policies
International Market (Eurobonds)	Less restrictive and conditions Huge sums are available	High costs Short or medium term maturity

Source: Adapted with permission from Afrodad (2019). Copyright 2019 Carnegie Africa Portal.

Fonte: Mlambo (2022)

Mlambo (2022) nota que os empréstimos chineses não apresentam tantas condições e as suas taxas de juro são “bastante comparáveis” às impostas por outras instituições multilaterais e privadas. Além disso, os empréstimos têm períodos de carência maior. A China tem uma abordagem *Hands-off*, ou sem intervenção, ou seja, só África pode resolver os seus problemas políticos e não faz desta resolução um pré-requisito para a China prestar a sua ajuda.

3.5 O endividamento dos países africanos

No entanto, muitos destes projetos têm sido criticados. Mlambo (2022) refere que a China foi criticada por financiar projetos de infraestrutura de aparências em África. Alguns projetos não conseguiram gerar retorno suficiente para pagar os empréstimos originais utilizados para os financiar.

Os países africanos estão a endividar-se por projetos de infra-estruturas que poderão não ser capazes de pagar. Exemplos disso são a linha ferroviária Adis Abeba-Djibuti, que terá custado à Etiópia aproximadamente 25% do seu orçamento de 2016, e a linha ferroviária do Quênia, de Nairobi a Mombaça, que foi financiada pelos chineses, e ultrapassou quatro vezes o orçamento (Wade 2019)²³.

No entanto, o Banco Mundial reconheceu a oportunidade de desenvolvimento que o financiamento chinês oferece ao desenvolvimento dos países africanos (Banco Mundial 2009). Kelly (2012)²⁴ também apresentou evidências que sugerem que existe uma associação positiva entre os empréstimos chineses e o crescimento africano desde 2009.

23 (Wade 2019) citado em Mlambo (2022, p.12)

24 (Banco Mundial 2009) e Kelly (2012) citados em Mlambo (2022, p.18)

Em matéria ambiental, podemos argumentar que a China, como possuidora de tecnologia inteligente que garante o uso eficiente de recursos, incluindo o uso eficiente de energia (*The Diplomat*, 2018), pode fornecer energia às zonas rurais de África com emissões zero (Bosshard, 2008)²⁵. Cheng et al. (2019)²⁶ mostram que o IDE melhora a qualidade ambiental porque os governos destes países incentivam a disseminação de tecnologias especializadas por investidores estrangeiros. Também se pode argumentar que a fome da China por recursos naturais pode levar à deterioração do ambiente através da exportação de bens de qualidade inferior e extração excessiva de recursos naturais (Grossman & Krueger, 1995)²⁷.

O estudo de Tawiah, Zakari e Khan (2021) demonstra como contratos de construção executados pela China têm uma relação significativa com o aumento de emissões de CO₂, geram imensa poluição prejudicial ao ambiente, enquanto as importações da China reduzem as emissões de CO₂ nos países africanos. Assim, os autores deduzem que a construção e a exportação aumentam a poluição e que o investimento e o comércio internacional reduzem a qualidade ambiental, mas que o IDE e as importações da China melhoram a qualidade ambiental. O efeito moderado e significativo dos recursos naturais sobre o IDE não é surpreendente, dado que a maior parte das exportações de África são provenientes de recursos naturais. Assim, para que os países exportem mais para a China, terão que emitir mais CO₂.

Os resultados revelam que a China pode ser um bom ou mau parceiro para os países africanos na questão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, dependendo do seu envolvimento. Os países africanos poderiam beneficiar do IDE e de importações da China para alcançar o desenvolvimento sustentável, particularmente nos objetivos 12 (uso eficiente de recursos) e 13 (ação para as alterações climáticas) dos ODS. No entanto, a exportação excessiva para a China e as grandes construções chinesas poderão impedir a redução das emissões de carbono e atrasar as metas traçadas pela Agenda 2030 (Tawiah, Zakari & Khan, 2021).

4. Armadilha da dívida chinesa

4.1 Debt trap diplomacy

Su (2017) argumentou que, ao garantir que “as dívidas sejam pagas de uma forma ou de outra, sejam concessões económicas, acordos políticos ou uma combinação de ambos, a China pode formular um novo tipo de relações diplomáticas com África. A dimensão dos empréstimos da China aos países africanos, bem como os motivos da China, foram rotulados como “diplomacia da armadilha da dívida”, ou “*Debt trap diplomacy*”.

25 (The Diplomat, 2018) e (Bosshard, 2008) citados em Tawiah, Zakari, e Khan (2021, p.2)

26 Cheng et al. (2019) citados em Tawiah, Zakari e Khan, (2021, p.3)

27 (Grossman e Krueger, 1995) citados em Tawiah, Zakari e Khan (2021, p.3)

Carmody, Zajontz e Reboredo (2022) afirmam que a insustentabilidade da dívida de alguns dos principais Estados que participam na BRI, bem como a viabilidade económica, ou falta dela, de alguns projetos de infra-estruturas de grande escala e as constantes preocupações com corrupção colocam em causa a legitimidade da China Global.

Há evidências de que, em alguns países, as elites políticas agiram de forma irresponsável, assinando acordos financeiros com credores chineses, sem planos de gestão da dívida a longo prazo (Carmody et al, 2022). Na Zâmbia, por exemplo, o dinheiro fácil dos bancos chineses para projetos rodoviários e outros projetos de infra-estruturas resultou em níveis insustentáveis de dívida externa. A agenda excessivamente ambiciosa de desenvolvimento através da construção de infra-estruturas tornou-se possível graças aos grandes empréstimos chineses, alguns dos quais destinados a projetos muito caros, negociados em processos de aquisição à porta fechada (Carmody et al, 2022).

Na realidade, os interesses ligados à política externa demonstram uma correlação significativa com a distribuição da ajuda, ao mesmo tempo que a alocação da ajuda chinesa não aborda ativamente questões de corrupção nem desencoraja o apoio a regimes autoritários (Dreher et al., 2018)²⁸.

4.2 O envolvimento de empresas estatais chinesas

Sha (2023) levanta outro problema com a ajuda chinesa. Ao contrário das iniciativas de ajuda tradicional que envolvem ONGs e trabalhadores locais, a maioria dos projetos chineses dependem fortemente de empresas como a CROC e a CRBC, bem como entidades privadas como a Huawei Technologies Co. Ltd e trabalhadores chineses. Outros países doadores ou mesmo o Banco Mundial, normalmente envolvem empresas locais e ONGs nos projetos de ajuda. A China raramente delega projetos de ajuda a empresas locais ou agências governamentais dos países recetores da ajuda.

Assim, os restantes trabalhadores e empresas chinesas na região tornam-se concorrentes dos trabalhadores e empresas locais. No entanto, Li, Long e Jiang (2022) insistem que a construção de infraestrutura em grande escala por parte da China em África, promove o desenvolvimento da indústria de serviços na área circundante, o que melhora a empregabilidade dos locais.

Pequim consegue assegurar mercados que podem fornecer-lhe bens e recursos essenciais, mas ao mesmo tempo, preencher a falta de infra-estruturas, deficiências na energia e setores agrícolas dos países em desenvolvimento, o que acaba por proporcionar empregos e ajuda a impulsionar o crescimento económico (Hurley et al. 2019)²⁹.

²⁸(Dreher et al., 2018) citado em Cha (2023, p. 590)

²⁹ (Hurley et al. 2019) citado em Sharma e Lin, (2021, p.2)

Isto levou a China a utilizar meios de *Soft-Power* (como a distribuição de vacinas chinesas, em grande parte em regime de doação), que visam dar outra imagem à sua ajuda, e tentar retificar falhas de governação no regime de “ajuda” ao desenvolvimento prestada por Pequim, particularmente aquelas que surgiram de financiamento de empréstimos insustentáveis no contexto de muitos projetos BRI de baixo desempenho. O Governo chinês está assim, ansioso para mostrar como o seu modelo funciona noutras partes do Mundo (Carmody, Zajontz & Reboredo, 2022).

5. Ajuda ligada VS Ajuda desligada

5.1 O que é a ajuda ligada?

A ajuda ligada ocorre quando um país oferece ajuda condicional, através da aquisição de bens ou serviços de quem fornece a ajuda. A OCDE quer que toda a ajuda esteja desvinculada de interesses próprios. Cartinus Jempa (1991)³⁰ concluiu que os bens e serviços oferecidos quando a ajuda é ligada, não são de primeira necessidade para o beneficiário, e focam-se no capital, são dependentes de tecnologias ocidentais e orientados para a importação.

Oromo e Orji (2022) definem ajuda ligada como assistência que está vinculada a condições ou requisitos específicos, como a compra de bens ou serviços ao país doador.

Já em 2001, recomendações sobre ajuda ligada determinaram que os membros do CAD devem desvincular a sua APD aos países menos desenvolvidos e Países Pobres Altamente Endividados (Francisco, 2024).

Estudos mostram que, estatisticamente, existe uma relação entre elevados níveis de ajuda externa e a deterioração da governação nacional. Há muitos motivos que levam os doadores a ligar a sua ajuda, que vão desde laços históricos, afinidades culturais, mas também melhorar as relações geopolíticas (Johnson, Muthukumarana & Kariyawasam, 2022).

5.2 A ajuda desligada

A ajuda desligada, prioriza ajudar os países recetores a tornarem-se mais auto-suficientes. Permitir que a ajuda seja gasta internamente cria empregos no país recetor, o que gera ainda mais lucros e impostos que podem ser utilizados para financiar outros projetos. Melhora também o bem-estar daqueles que encontram emprego nestes projetos. A ajuda desligada tem potencial para benefícios mais sustentáveis e de longo prazo, bem como para reduzir o custo da prestação de ajuda (Johnson, Muthukumarana & Kariyawasam, 2022).

30 Cartinus J. Jempa (1991) citado em Johnson, A., Muthukumarana, H., & Kariyawasam, A., 2022

Já Oromo & Orji (2022), definem a ajuda desligada como assistência sem quaisquer condições ou restrições relativas à aquisição de bens e serviços, podendo estes ser adquiridos a qualquer outro país.

6. Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)

6.1 A Ajuda Pública ao Desenvolvimento

O conceito de APD, remonta a 1972 e vigorou até à recolha de dados de 2017 pela OCDE (2013)³¹:

A assistência oficial ao desenvolvimento são os fluxos para países e territórios que constam da lista do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) dos beneficiários da APD e às instituições multilaterais de desenvolvimento, que são:

i) fornecidos por agências oficiais, onde cada transação é administrada com vista à promoção do desenvolvimento dos países em desenvolvimento como objetivo principal, com carácter concecional.

Os fluxos de APD podem ser em forma de doação ou de empréstimos, desde que haja sempre um elemento de doação mínimo de 25% (Francisco, 2024).

Francisco (2024) diz-nos que a APD pode tomar a forma de ajuda:

- Bilateral, que inclui transações realizadas por um doador diretamente com um país em desenvolvimento, ou canalizado através de uma organização multilateral;
- Multilateral, que inclui contribuições cujo beneficiário é uma organização internacional reconhecido pela OCDE/CAD;
- Subsídios, que envolve transferências em dinheiro ou em espécie para as quais não há o beneficiário não incorre em dívidas;
- Não-subvenções, ou seja, fluxos não abrangidos pela definição acima de doação;

31 OCDE (2013, P.13) citado em Francisco (2024, p.11)

Os programas de ajuda geralmente envolvem componentes de treino e educação, permitindo que profissionais locais adquiram novos conhecimentos que podem ser aplicados aos esforços de desenvolvimento, o que pode ter impactos duradouros na capacidade de o país recetor abordar os desafios de desenvolvimento de forma independente. Mas a eficácia da ajuda ao desenvolvimento está dependente do contexto e sujeitos a vários fatores, tais como qualidade governamental e o alinhamento das prioridades da ajuda com as necessidades locais. De forma a aumentar a eficácia da ajuda é crucial priorizar a transparência, a responsabilização, promover a boa governança e a capacidade institucional (Oromo & Orji, 2022).

6.2 Problemas ligados à APD

Francisco (2024) destaca alguns dos problemas que a APD acarreta. Este destaca interesses dos doadores, as disposições institucionais da prestação da ajuda, e as despesas da ajuda. De acordo com Riddell (2007)³², a definição de APD tem sido principalmente definida pelos doadores, ou seja, os doadores têm a palavra final sobre o objetivo de desenvolvimento de uma determinada atividade.

Gehring et al. (2017)³³ também destacam a existência de ajuda que não chega aos destinatários, como fundos para apoio a estudantes e refugiados nos próprios países doadores, alívio da dívida e custos administrativos dos doadores.

A influência do Ocidente no mundo em desenvolvimento tem diminuído, uma vez que estes países se voltaram para novas fontes de financiamento com menos condicionalidades e exigências políticas.

Uma das críticas tecidas à nova definição de APD deriva do facto de esta se centrar na assistência prestada pelos membros do CAD/OCDE, ou seja, alguns dos principais doadores, que não pertencem à organização, não participam na recolha de dados, nem seguem as recomendações relativas às políticas de ajuda (Francisco, 2024).

De acordo com alguns estudos, as considerações políticas e estratégicas dos doadores prevalecem sobre as necessidades ou a qualidade da política dos beneficiários (Alesina & Dollar 2000; Rajan & Subramanian 2008)³⁴.

32 Riddell (2007) citado em Francisco (2024, p.18)

33 Gehring et al. (2017) citado em Francisco (2024, p.18)

34 Dollar 2000; Rajan e Subramanian 2008) citados em Paulo Francisco, Sandrina B. Moreira & Jorge Caiado (2021, p.186)

Acht, Mahmoud e Thiele (2015)³⁵ afirmaram que os países mais corruptos recebem maiores quantidades de ajuda; ajuda esta canalizada através de intervenientes não estatais. Berthélemy (2006)³⁶ afirmou que o interesse próprio prevalece sobre os motivos de desenvolvimento, exceto entre alguns doadores bilaterais.

Nancanha (2024) afirma haver um problema, que se deve ao facto de os beneficiários da APD não têm sido capazes de aproveitar ou utilizar adequadamente a assistência fornecida, devido a fatores como corrupção, falta de capacidade institucional, desigualdade estrutural, falta de apropriação da parte nacional ou até falta de alinhamento entre os programas de ajuda e as necessidades da população. Nancanha falta também da necessidade de os doadores se alinharem com as prioridades dos países recetores, o que implica que os programas de ajuda devem ser organizados em estreita cooperação com os governos e instituições locais.

6.3 Motivações da ajuda

Em termos de motivações para alocação da ajuda, Francisco (2024) diz-nos que existem motivos:

- Ideacionais, que consideram a APD um dever moral de solidariedade dos mais ricos com os mais pobres;
- Políticos, como forma de fortalecer a influência e visibilidade do doador;
- Ideológicos, olhando para a APD é considerada uma forma de promover o comércio e fluxos de investimento, quer diretamente (através de ajuda ligada), ou indiretamente (através de uma maior influência sobre o destinatário).
- Securitários, pois a APD é vista como um instrumento de promoção da segurança do doador;
- Culturais, pois espalha a cultura do doador, particularmente a língua;

³⁵ Acht, Mahmoud e Thiele (2015) citados em Paulo Francisco, Sandrina B. Moreira & Jorge Caiado (2021, p.186)

³⁶ Berthélemy (2006) citado em Paulo Francisco, Sandrina B. Moreira & Jorge Caiado (2021, p.186)

Francisco (2024) explica que a existência de um passado colonial entre doador e recetor é também um fator importante para explicar os fluxos de ajuda. Uma língua comum é também um facilitador relevante das atividades de ajuda, especialmente as relacionadas com cooperação técnica. Relevância dos recetores a nível de comércio mundial como a existência de fluxos comerciais ou de investimento significativos entre doador e beneficiário pode também ser um incentivo importante para a implementação contínua de novas atividades de ajuda. A perceção de adequação e qualidade das políticas internas dos beneficiários é outro fator que tem peso na alocação da ajuda, particularmente nos na aplicação de valores e sistemas democráticos, a incidência de corrupção ou o desempenho de certos indicadores de avaliação.

6.4 A ajuda e a *Agenda 2030*

Francisco (2024) aborda também questões relacionadas com a ajuda direcionada para o crescimento sustentável. Este fala de uma nova agenda, a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, foi adotada durante a cimeira das Nações Unidas, em 2015. Esta prevê um conjunto de metas abrangente, nomeadamente económicas, sociais e ambientais, às quais todos os países devem obedecer.

Um dos grandes focos é a mobilização dos meios de implementação, nomeadamente financeiros, tecnológicos e de capacitação, com especial atenção à luta contra as alterações climáticas e respetivas consequências. Assim, será dada especial atenção à aplicação do novo conceito de Total Apoio Oficial ao Desenvolvimento Sustentável, para o qual foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a serem alcançados até 2030.

Nancanha (2024) faz ainda outra divisão da APD: a cooperação técnica, para proporcionar o desenvolvimento de recursos humanos e reforçar as instituições necessárias ao desenvolvimento sustentável, a cooperação financeira, que corresponde aos créditos subsidiados e empréstimos, investimentos em equipamentos físicos e os apoios ao ajustamento estrutural, e a ajuda humanitária que compreende toda a assistência rápida a organizações, Estados ou populações em sofrimento por catástrofes naturais ou guerra, por exemplo.

Figura 6: Os diferentes tipos de cooperação, respectivas definições e objetivos

Dimensão	Definição	Objetivos Principais	Principais Atividades
Cooperação Técnica	Transferência de conhecimento, habilidades e tecnologia para fortalecer as capacidades institucionais e humanas dos países em desenvolvimento.	- Capacitação técnica - Desenvolvimento institucional - Transferência de tecnologia	- Treinamento e capacitação de profissionais - Assistência técnica em setores específicos (saúde, educação, administração pública, etc.) - Programas de intercâmbio e assessoria técnica
Cooperação Financeira	Fornecimento de recursos financeiros, como empréstimos e doações, para financiar projetos e programas de desenvolvimento em países beneficiários.	- Financiamento de projetos de infraestrutura - Suporte ao desenvolvimento econômico - Alívio da dívida externa	- Empréstimos concessionários para construção de infraestrutura - Doações para projetos de desenvolvimento rural e urbano - Apoio orçamentário direto
Ajuda Humanitária	Assistência imediata e de curto prazo fornecida em resposta a crises humanitárias, como desastres naturais ou conflitos, visando salvar vidas.	- Salvamento de vidas - Redução do sofrimento humano - Suporte básico de sobrevivência (água, comida, abrigo, cuidados médicos)	- Distribuição de alimentos e água - Assistência médica de emergência - Construção de abrigos temporários - Missões de resgate e apoio a refugiados

Tabela retirada de Nancanha (2024)

6.5 A ajuda com instrumento de defesa

Francisco, Sandrina, Moreira e Caiado (2021) destacam também a APD como um instrumento para reforçar a segurança nacional dos doadores, especialmente no que diz respeito às ameaças relacionadas com o terrorismo. Nestes casos, em vez de meramente expandirem a influência política, os doadores pretendem proteger-se contra ameaças específicas que emanam de determinados beneficiários. Os mesmos autores abordam o caso dos EUA, pois a sua ajuda não se destina especificamente aos países africanos de baixos rendimentos, à Europa de Leste ou às nações insulares asiáticas, mas sim em vários países do Médio Oriente e da América Central, o que demonstra a preocupação de Washington tanto com motivações securitárias (em que a APD é usada como um instrumento para fortalecer a segurança nacional dos doadores) como motivações ideológicas (forma de promover a adoção de políticas ou modelos específicos pelos beneficiários).

A ajuda e o seu papel na implementação das energias renováveis

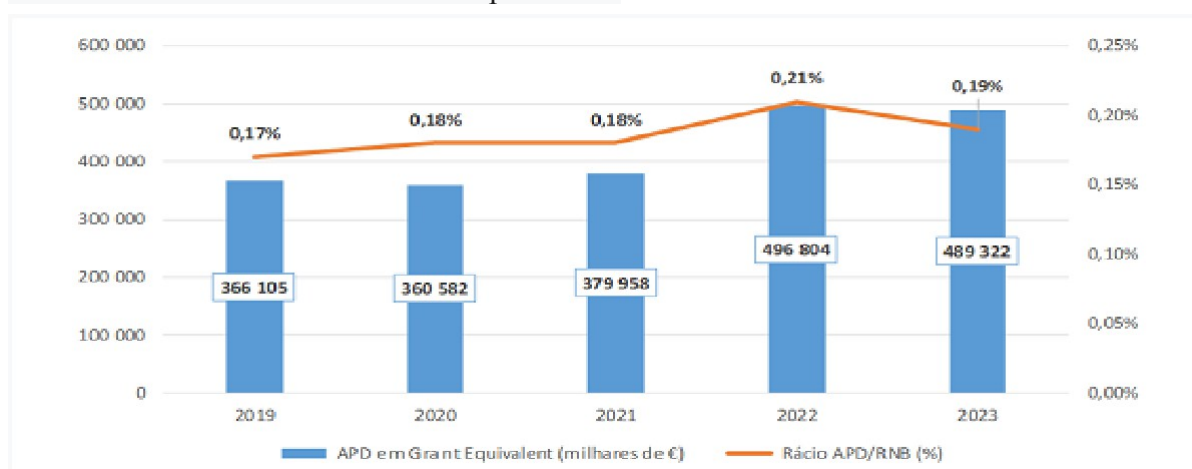
Para além da agricultura, as energias renováveis também são uma matéria importante que requer fundos da APD, e o seu efeito no ambiente dos países recetores depende do nível de desenvolvimento das suas energias renováveis. Aliás, desde o início do século XXI que a OCDE tem vindo a introduzir “a promoção do desenvolvimento de energias renováveis nos países africanos.” Infelizmente, a concorrência de energias não renováveis leva a que muitas vezes, os fluxos de APD não cheguem até ao mercado das energias renováveis. Com o desenvolvimento das energias renováveis, o impacto da APD na pressão ecológica dos países beneficiários será positivo. A pressão ecológica diminui quando a APD aumenta. Há ainda que acrescentar que a ajuda é mais eficaz quando é concedida a países que possuam uma base sólida de desenvolvimento económico e energético, o que não quer dizer que se deva esquecer os países que ainda não têm estas bases, mas sim, apostar nestes países para que construam essas bases (Li, Guo & Wang, 2024).

6.6 A ajuda portuguesa

Em 2023, Portugal ocupou o 27.º lugar no total dos países doadores do CAD em percentagem do RNB. Em 2022, Portugal registou um pico nas suas contribuições de ajuda, que se deveu à ajuda prestada à Ucrânia com o início da guerra e do apoio aos países em desenvolvimento no combate à pandemia COVID-19 (Camões, 2024).

A ajuda portuguesa direciona-se na sua maioria para os PALOP e Timor- L e s t e . Na Guiné-Bissau, por exemplo, o quarto maior beneficiário de toda a ajuda portuguesa, as intervenções da cooperação portuguesa encontram-se alicerçadas nos compromissos assumidos no âmbito da agenda 2030, para a implementação dos ODS. O setor da educação e outros setores sociais como a saúde, representam 87, 7% de toda a ajuda para o país.

Figura 7: Evolução da APD portuguesa entre 2019 e 2023, que demonstra que Portugal está muito abaixo dos 0.7% estabelecidos pelo CAD



Fonte: Camões, IP/GPPE, disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/reportamos/reportamos-2>

Relativamente à cooperação com Angola, foi assinado em 2023, o PEC Portugal-Angola (2023-2027), com um envelope financeiro, previsto no montante de 550 milhões de euros, dos quais 500 milhões serão disponibilizados em linhas de crédito, enquanto 50 milhões serão destinados a Programas, Projetos e Ações específicas, ulteriormente alocados, e está alinhado com as prioridades estabelecidas por Angola, como o desenvolvimento do capital humano, a geração de emprego, o apoio ao empreendedorismo, a modernização das infraestruturas e a diversificação da economia (Camões, 2024).

Figura 8: Principais recetores da APD portuguesa

Países Parceiros	2023			Euros
	APD Bruta	Ranking	APD Líquida	
Moçambique	72 598 230	1º	3 018 230	
Angola	42 166 307	2º	12 589 307	
São Tomé e Príncipe	17 783 429	3º	14 844 429	
Cabo Verde	16 547 365	4º	-6 503 635	
Guiné-Bissau	15 084 679	5º	15 084 679	
Timor-Leste	13 242 178	6º	13 242 178	
Brasil	11 176 083	7º	11 176 083	
Marrocos	7 378 772	8º	7 378 772	
Ucrânia	7 176 968	9º	7 176 968	
West Bank and Gaza Strip (Palestina)	6 030 404	10º	6 030 404	
Total PALOP + Timor-Leste	177 422 188	69%	52 275 188	
APD Bilateral total	257 869 811		129 906 811	

Fonte: Camões, IP/GPPE, disponível em:

<https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/reportamos/reportamos-2>

7. A nova rota da seda

7.1 O que é a Nova rota da seda?

A Nova Rota da Seda, ou *Belt and Road Initiative*, ou ainda *One Belt One Road (BRI)*, é um novo modelo de globalização defendido pela China, proposto em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping. Tem como objetivo reforçar a cooperação internacional, promover o crescimento do comércio e do investimento e expandir mercados, através de incentivos às empresas chinesas a voltarem-se para o estrangeiro para encontrar novos mercados e oportunidades de investimento, e proporcionando uma nova oportunidade para o avanço da cooperação energética China-África, contribuindo para resolver o problema da escassez de energia na China (Chen, Tao & Lu, 2024).

Gentle (2024) no seu artigo menciona Jie (2022) que diz que a ambição de Xi Jinping passa pela China aumentar a sua presença e focar-se no Sul Global, enquanto relações bilaterais são favorecidas, em vez de multilaterais, o que permite à China controlar os projetos, rejeitando ser questionada ou até aconselhada por países ocidentais. Gentle (2024) faz também alusão a uma política que está a aumentar a presença da China no palco internacional: a internacionalização do renminbi (RMB) chinês.

Gentle (2024) adiciona que desde a criação da BRI, a ONU tem mantido uma postura favorável sobre o seu futuro e tem-se aliás esforçado para garantir que os projetos da BRI estejam entrelaçados com o desenvolvimento sustentável. Larsen (2021) diz que em 2019, a ONU criou a *BRIGC* de forma a supervisionar projetos da BRI para garantir a conformidade com os padrões de sustentabilidade da ONU. Komakech & Ombati (2023) afirmam que o Governo chinês se comprometeu com o investimento de mil milhões USD para a BRI para o período de 2013 a 2023, que pode ajudar a financiar projetos necessários em muitos países em desenvolvimento, especialmente na África. Até janeiro de 2023, 152 países na Ásia, Europa e África tinham assinado o memorando de entendimento da BRI. A iniciativa foca-se em ligar os 54 países africanos através de projetos de infraestrutura, como rodovias modernas, aeroportos e comboios de alta velocidade (Gentle, 2024).

7.2 A nova rota da seda aliada à Debt Trap Diplomacy?

No entanto, Komakech & Ombati (2023) notam que há uma grande preocupação sobre a falta de transparência e potenciais impactos negativos destes projetos, como o risco de países africanos ficarem em situação de dívida insustentável. É importante lembrar que o número de países que assinam o memorando da BRI não indica necessariamente o nível de sucesso destes projetos, o que leva muitos a considerar a BRI uma armadilha da dívida e uma estratégia da China para dominar o mundo e ignora uma variedade de obstáculos e riscos, como terrorismo, extremismo islâmico, rivalidades étnicas e nacionais.

7.3 Em Moçambique

Outro exemplo é o de Moçambique, onde as empresas chinesas estão a investir fortemente nos recursos naturais do país, como carvão e gás. Recentemente, a China forneceu ajuda substancial ao desenvolvimento no país, com o financiamento de projetos de infraestrutura como estradas, pontes (como a Ponte Maputo-Katembe, financiado e construído pela CRBC, portos e aeroportos. No entanto, há preocupações válidas sobre transparência, responsabilização, aumento de dívidas e riscos ambientais associados a esses projetos. Em 2018, o processo de aquisição para a construção de um novo aeroporto em Nacala foi alvo de críticas, visto que o projeto foi concedido a uma empresa chinesa sem um processo de licitação competitivo (Komakech & Ombati, 2023).

Komakech & Ombati (2023) citam também casos de violações dos direitos dos trabalhadores nestes projetos, por exemplo, a Sinohydro Corporation, empresa responsável pelo projeto da central hidrelétrica de Karuma, onde foi relatado trabalhadores que eram abusados

fisicamente por supervisores chineses, para além das más condições de trabalho e baixos salários.

7.4 Angola na nova rota da seda

Angola é particularmente importante para a China. Em 2017, Angola foi a terceira maior fonte de petróleo bruto da China, já que Luanda implementou o “modelo Angola” de petróleo em troca de empréstimos. Através deste modelo, Angola proporcionou à China fornecimentos energéticos e garantias para o desenvolvimento industrial. Em troca, Angola recebeu empréstimos económicos preferenciais e ajudas económicas da China (Chen, Tao, Lu, 2024). Através deste modelo, a China fornece empréstimos concessionais e hipotecas de recursos naturais para Angola por meio do *Exim Bank*, da China (Hamdun, 2022).

Rodrigues (2021) acrescenta ainda que “O Modo Angola”, segunda a definição do Banco Mundial, é um tipo de negócio de financiamento garantido por recursos naturais, tendo Angola sido o primeiro país a usá-lo.

O Projeto *Água de Cabinda* é uma das infra-estruturas críticas que a China ajudou a construir em Angola e que melhorou os seus meios de subsistência e a erradicar a pobreza na região. O mercado de exploração e desenvolvimento de petróleo e gás de Angola tem vindo a ser monopolizado por empresas petrolíferas internacionais como a BP, Shell, Total e Eni. De forma a não ficar de forma, a *Sinopec* (empresa petrolífera chinesa) entrou com sucesso na exploração de águas profundas através da cooperação com empresas como a BP e Total e tornou-se um dos maiores investidores e detentores de petróleo e gás em Angola (Chen, Tao & Lu, 2024).

Contudo, esta cooperação enfrenta inúmeros problemas. Angola tem um grave problema de corrupção, sendo considerado um dos países mais corruptos.

Roubos violentos e outros casos contra estrangeiros, incluindo funcionários de empresas chinesas têm sido comuns. Os campos de petróleo e gás em águas profundas de Angola estão concentrados na província de Cabinda, um enclave entre a República do Congo e a RD do Congo, que tem sido palco de conflitos, que o governo angolano reconhece que poderá levar a uma redução na produção de petróleo. Também o facto destas empresas chinesas tentarem trazer trabalhadores chineses para trabalhar nesses projetos em Angola tem causado insatisfação entre os angolanos contra estas empresas (Chen, Tao & Lu, 2024).

8. China em Angola

8.1 Cooperação sino-angolana

A cooperação entre os dois países de imediato nos setores da economia, educação, saúde pública e cultura.

Segundo Yoshikawa (2024), em 2004, a China assinou um acordo para emprestar de 2 mil milhões USD a Angola, o que conduziu a um aumento da produção petrolífera e um rápido crescimento económico do país e também a uma dependência da China.

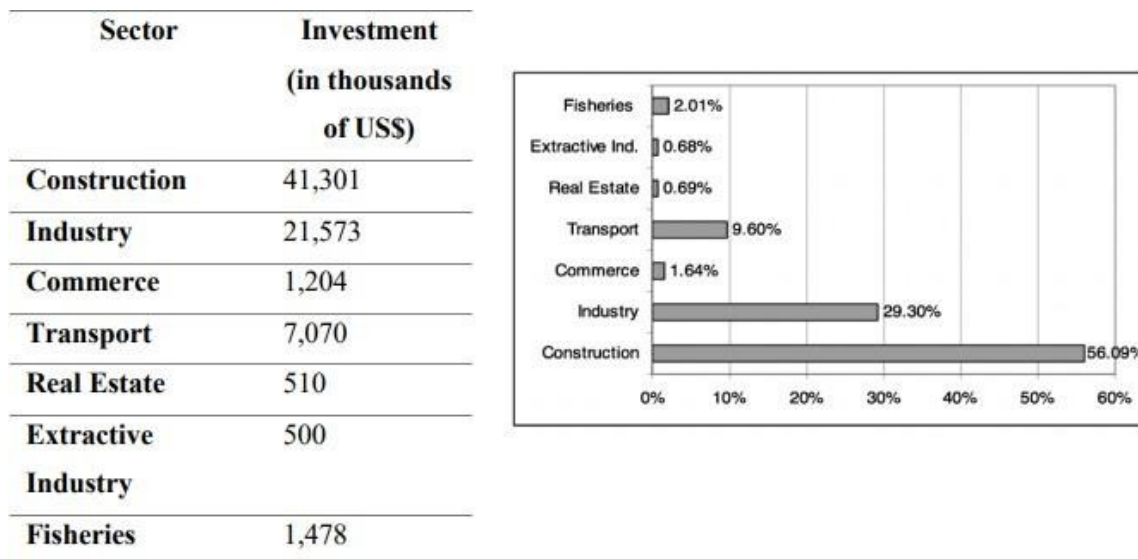
Em 2007, foi assinado um segundo acordo entre o Ministério das Finanças de Angola e o Eximbank, sendo este valor dividido em duas tranches de 1,1 mil milhões USD, destinando-se a 17 contratos de construção. Esta linha de crédito teve como objetivo proceder à reabilitação e construção de edifícios públicos como escolas (Rodrigues, 2021).

Em 2010, foram elaborados novos acordos de financiamento com três bancos chineses, sendo um deles o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC). O empréstimo do ICBC foi garantido em petróleo. O setor militar também foi também alvo de um programa de cooperação. Esta cooperação consistia na aquisição de equipamento militar chinês e treino das forças armadas angolanas pelo exército chinês (Rodrigues, 2021).

David Benazeraf; Ana Cristina Alves (2014) dizem-nos que após a reeleição de José Eduardo dos Santos, este prometeu construir 1 milhão de habitações nas províncias de Benguela, Luanda, Namibe, Lubango e Malange, escolhidas para nelas construir novas cidades satélites, quatro delas, fora de Luanda, que foram construídas, exclusivamente, por empresas estatais chinesas, financiadas por empréstimos chineses garantidos através do petróleo angolano.

É importante mencionar que a cooperação bilateral entre Luanda e Pequim em diversas áreas permitiu que Angola crescesse em vários setores da economia. Isto deveu-se à capacidade chinesa de identificar quais os pontos críticos de Angola logo após a guerra civil (Rodrigues, 2021).

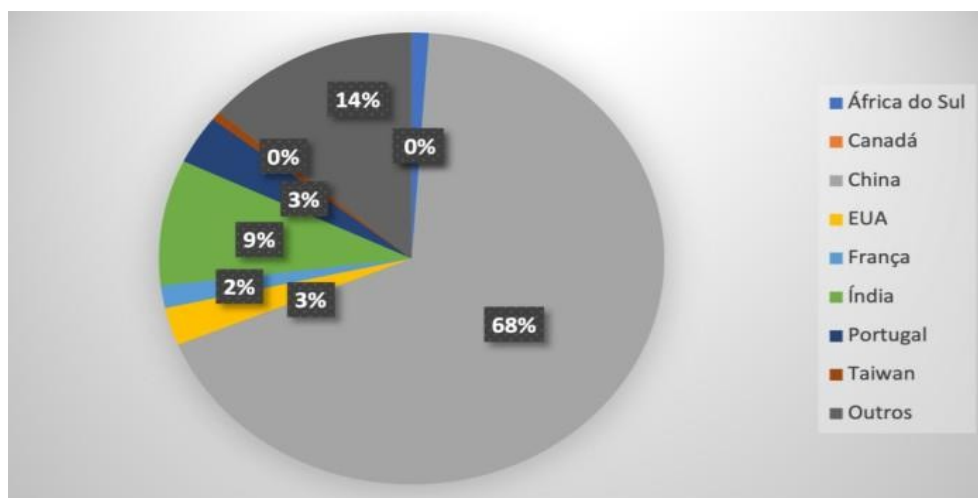
Figura 9: Investimento Direto Estrangeiro (IDE) da China em Angola (2005-2007) exceto nos setores do petróleo e diamantes



Retirado de Salsabila & Kusumawardhana (2021); fonte: The Angolan National Agency for Private Investment (ANIP) (2007). Retrieved 3 January 2020 from <https://www.csis.org/analysis/angola-and-china-pragmatic-partnership>

Segundo Machado (2021), Angola é uma das maiores economias da África Subsaariana, que em dados de 2019, tinha 8.160 milhões de barris de reservas de petróleo bruto, havendo dados que afirmam que Angola pode tornar-se a quarta maior economia de África até 2050. Rodrigues (2021) diz que a China lidera como maior importador do petróleo angolano. Salsabila & Kusumawardhana (2021) acrescentam que Angola vê a China como um caso de sucesso e como um parceiro de confiança no combate à pobreza. Infelizmente, a China vê Angola como um país a explorar pelos seus recursos, e que vale pelo que pode ajudar com as necessidades domésticas da China.

Figura 10: Principais recetores de petróleo angolano



Retirado de Rodrigues (2021, p.61)

8.2 A Sonangol na cooperação entre Luanda e Pequim

Yoshikawa (2024) explica que o envolvimento da China no setor petrolífero de Angola foi construído com base na cooperação com a *Sonangol*, empresa estatal angolana. As três maiores empresas petrolíferas chinesas — CNPC, *China Petroleum and Chemical Corporation* (Sinopec) e a CNOOC — extraem o petróleo e operam em Angola através do seu relacionamento com a Sonangol. Os dois países concordaram que o *Export-Import Bank of China* fornece empréstimos a Angola e que estes serão administrados em conjunto pelo Ministério das Finanças angolano e pelo Ministério do Comércio chinês. Mas Yoshikawa (2024) afirma que a corrupção também passa pela Sonangol, visto que o ex-Presidente angolano, José Eduardo Dos Santos, que governou o país entre 1979 e 2017, usou a Sonangol para angariar fundos desde o início da sua presidência. A empresa terá funcionado em benefício do ex-presidente, familiares e amigos do mesmo.

Segundo Salsabila e Kusumawardhana (2021), a agência de notícias *Xinhua News Agency* da China, descreveu a nova constituição angolana como democrática, apoiando assim o então presidente angolano José Eduardo dos Santos.

Após a independência de Angola, a *Sonangol* ficou responsável pelas operações e infraestruturas petrolíferas, tendo a empresa estatal ficado numa posição de extrema importância no cenário petrolífero angolano (Rodrigues, 2021).

Muitos dos principais membros do MPLA e do conselho de administração da Sonangol estão ligados por laços familiares ou por amizade, com quem as petrolíferas estatais chinesas desenvolveram relações.

8.3 A era João Lourenço

O seu sucessor, João Lourenço, lançou uma campanha anticorrupção após assumir o cargo, de forma a erradicar a corrupção causada pela administração anterior. Isabel dos Santos, filha mais velha de José Eduardo dos Santos, foi removida de sua posição como CEO da Sonangol, bem como ministros e funcionários do Estado que eram próximos ao ex-presidente. A nova administração já admitiu que “Modelo de Angola” é insustentável e está a tentar reconstruir relações entre a China e os países ocidentais (Yoshikawa, 2024).

Uma notícia do *Jornal de Negócios* de 2024 dá conta de que o Presidente João Lourenço afirmou que o modelo acordado pelo anterior Governo para obter financiamento da China “foi prejudicial para o país” e garantiu que não aceitaria “um novo empréstimo nas mesmas condições”.

No entanto, isto não significa um deterioramento das relações entre os dois países. Uma notícia também de 2024 da *DW*, diz que o Presidente João Lourenço defendeu a resolução pacífica da questão de Taiwan e garantiu o respeito pelo princípio ‘Uma só China’, durante um encontro com Xi Jinping, afirmando que Taiwan é parte integral do território chinês.

8.4 Corrupção e escândalos

Em 2011 as trocas comerciais entre os dois países atingiram os 27,7 mil milhões USD, tornando-se o segundo maior parceiro comercial da China em África, sendo que é atualmente o maior parceiro comercial da China no continente (Hamdun, 2022).

Hamdun (2022) afirma que a elite angolana tem beneficiado da não interferência da China nos assuntos internos do país. Hamdun diz-nos que um diplomata chinês pediu a empresas privadas chinesas para criarem esquemas com políticos locais e outras elites para obter acesso a projetos de ajuda ao desenvolvimento, mesmo quando seus projetos não são necessários, o que demonstra como as empresas chinesas estão a tentar lucrar com os objetivos políticos de Pequim, manipulando a política local.

Yoshikawa (2024) argumenta que os empréstimos enriqueceram apenas uma pequena elite de Angola e pioraram muito a corrupção. A maioria dos angolanos continua abaixo da linha da pobreza.

Em 2022, foi descoberto mais um escândalo de corrupção. Empresários em Angola e na China criaram empresas em Hong Kong —o *CIF* e a *CSIHL*. De acordo com o tribunal, a Sonangol vendeu petróleo à *CSIHL*, e na época um ex-vice-presidente angolano, Manuel Vicente, era o Presidente de ambas as empresas fictícias. Estas não eram empresas estatais, mas sim formas de canalizar dinheiro para contas bancárias privadas, transformando “empresários” angolanos e chineses em bilionários. o antigo chefe da Sonangol foi acusado pelos seus negócios com a China, através dos quais terá vendido até 20.000 barris de petróleo por dia à *CSIHL*. Este caso ampliou a situação difícil que o Presidente João Lourenço enfrenta na tentativa de combater a corrupção no país (Marques & Duesterberg, 2023).

Estima-se que até metade da dívida de Angola para com a China não acabou em projetos públicos, mas em contas bancárias privadas.

8.5 Angola vítima da *Debt Trap Diplomacy*

Apesar de ser o principal exportador de petróleo de África, Angola é empobrecida. Hamdun (2022) também frisa a crítica à ajuda chinesa de que esta conduz a dívidas insustentáveis. Hamdun diz que o *Exim Bank* da China e o *China Construction Bank* contribuíram com 145 milhões USD para a reconstrução do país em 2002, após o fim da guerra civil, seguido por um empréstimo de 2 mil milhões USD, garantidos por petróleo.

A condição que a China tem apresentado para empréstimos para os projetos de desenvolvimento e reconstrução em Angola é que as empresas chinesas recebam 70% dos projetos. Angola também concordou em exportar 10.000 barris de petróleo para a China por Kiala (2010, p. 316) afirma que “até 2009, a China forneceu mais mil milhões USD para a indústria agrícola em Angola através do Banco de Desenvolvimento da China, e que no período de 2005 a 2010, a ajuda chinesa foi superior às contribuições totais do CAD em Angola, sendo que empréstimos concessionais compõem uma grande parte da ajuda ao desenvolvimento de Angola da China, o que levanta preocupações de que isto possa resultar numa nova onda de dívida”. Yoshikawa (2024) diz que entre 2000 e 2022, 25,9 mil milhões USD foram investidos pela China no setor energético.

Outra crítica é que os projetos de construção financiados pela China não criam empregos ou reduzem a pobreza. Visto que 70% dos projetos acabam a ser concedidos a empresas de construção chinesas, estas acabam por trazer consigo trabalhadores chineses, sendo que os trabalhadores angolanos que são contratados, geralmente ganham 22 a 38% menos que os trabalhadores chineses.

Rodrigues (2021) também aborda a construção das cidades satélite mencionadas anteriormente, que constituem um problema. A falta de adaptação ao contexto local, provocou um grande desafio para a população residente devido à não harmonia no panorama urbano da restante cidade.

Isto, segundo Salsabila e Kusumawardhana (2021), dificulta o processo de desenvolvimento nacional, pois tem impactos significativos no nível de competitividade do país no comércio internacional, enfraquece a soberania do país e deixa Angola vulnerável a ser controlada por uma potência estrangeira, neste caso, a China. Salsabila & Kusumawardhana (2021) ainda relativamente à questão da perda de soberania, referem um estudo conduzido pela *Aid Data* em 2015, da Universidade de Harvard, Heidelberg e da William & Mary College. Este estudo rastreou a ajuda da China a 50 países africanos, incluindo Angola, entre 2000 e 2013. As conclusões deste estudo indicam que estes países que recebem ajuda da China, como Angola, tendem a votar a favor da China na Assembleia Geral da ONU.

As habitações nas cidades satélite são também muito caras, impossibilitando a compra ou mesmo o arrendamento. Para comprar uma casa numa destas cidades é necessário candidatar-se para participar no processo de atribuição, com filas de espera longas (Rodrigues, 2021).

No entanto, com a assistência financeira da China, a construção de rodovias e a reabilitação da ferrovia de Luanda tornaram-se possíveis (Hamdun, 2022).

Também é criticada a grande quantidade e importância de empregados chineses na indústria de construção de Angola que impede o desenvolvimento dos trabalhadores angolanos, bem como a condicionalidade dos empréstimos chineses que restringe o crescimento das indústrias de construção locais (Hamdun, 2022).

Hamdun cita Annor (2020) que diz que Silas Olan'g, co-diretor do *Natural Resource Governance Institute Africa*, critica este sistema de empréstimos ao dizer que "há corrupção potencial associada a esses empréstimos porque os termos são desconhecidos e, no final das contas, é muito provável que todos os empréstimos e compromissos em termos de recursos naturais do país não sejam reembolsados. O empréstimo serve para pagar o empréstimo".

Dados de Kilic (2019, p. 86-87) dizem que no final de 2017, a dívida de Angola com Pequim era de 21,5 mil milhões USD, metade da dívida externa angolana.

Salsabila & Kusumawardhana (2021) referem outro problema associado à dívida externa de Angola para com a China. O pagamento dos empréstimos à China muito possivelmente estão vinculados ao preço do petróleo quando este foi negociado. Assim, Angola terá que enviar mais petróleo quando o valor deste baixar. Os pagamentos da dívida serão mais difíceis, pois a produção de Angola caiu nos últimos anos devido à falta de investimento na exploração *offshore*, cujas plataformas estão envelhecidas.

Machado (2021) cita o jornal angolano "Expansão", que num artigo de 2018 afirmou relativamente à dívida de Angola para com a China que "cada angolano deve 754 USD à China". Salsabila e Kusumawardhana (2021) dizem que a China está cada vez mais influente nos assuntos internos de Angola, influência esta que continua a crescer, concluindo que a economia de Angola já é controlada pela China, e que o resultado disso poderá ser idêntico ao que aconteceu no Zimbábue, onde permitiram que o Remimbi seja uma das moedas oficiais do país.

8.6 Nova era das relações sino-angolanas?

Quando os preços do petróleo começaram a cair a pique em 2014, a economia angolana afundou. A queda no preço do petróleo significa que mais petróleo foi necessário para pagar a dívida a Pequim. Depois de expandir os seus empréstimos em moeda estrangeira, o *cash-flow* de Angola deteriorou-se rapidamente, conduzindo a um pedido de assistência ao FMI em 2016 (Yoshikawa, 2024).

Rodrigues (2021) retira as seguintes conclusões das relações entre China e Angola:

- Atualmente, pode-se concluir que Angola depende da China para exportar petróleo. Aliás, Salsabila & Kusumawardhana (2021) afirmam que, sendo Angola um país que enfrenta uma falta de suporte tecnológico para o processamento de recursos naturais e
- desenvolvimento nacional, o país tornou-se dependente do investimento chinês;
- A China tem vindo a diversificar os seus investimentos nos vários setores da economia angolana, particularmente no setor agrícola e das energias renováveis;
- As energias renováveis vêm a ganhar uma maior importância;
- A China, claramente, que se como o principal parceiro comercial de Angola, sendo o país que mais petróleo importa.

8.7 Novo aeroporto de Luanda Agostinho Neto

Em 2013 foi assinado o contrato com a CIF na modalidade EPC (Engenharia, Gestão de Compras e Construção), para a construção do novo aeroporto de Luanda. O acordo assinado entre o Ministério dos Transportes de Angola e a CIF, aprovou um orçamento para o projeto no valor de 3,92 mil milhões USD, e 1.56 mil milhões USD adicionais para a "Reserva Estratégica de Petróleo para a Base de Infraestrutura Financeira", além de financiamentos adicionais providenciados por fontes chinesas de ajuda ao desenvolvimento (Bezerra, 2023). João Armando (2022)³⁷ relatou no jornal “Expansão” que as notícias na altura avaliavam o projeto em 6 mil milhões USD, no entanto, quando foi denunciado em 2017 por corrupção, a CIF teria confirmado que tinha recebido 4,2 mil milhões USD.

Em 2019, as autoridades angolanas retiraram o projeto das mãos da CIF, alegando "não conformidade e incapacidade declarada dessa entidade" (Bezerra, 2023).

Segunda a *DW*, o jornalista José Gama afirma que o Executivo de João Lourenço cancelou o contrato com a CIF devido a suspeitas de corrupção. José Gama acrescentou que A CIF era uma empresa ligada ao Governo de Eduardo dos Santos, muito envolvida em escândalos de corrupção e ausência de transparência (DW, 2023).

37 relatado por João Armando (2022), citado em Bezerra (2023), no Jornal “Expansão”, disponível em: <https://expansao.co.ao/angola/detalhe/novo-aeroporto-comecou-ha-25-anos-58384.html>

Assim, em 2020, o governo angolano assina novo contrato para terminar as obras do novo aeroporto, desta vez com a AVIC (Armando, 2022)³⁸.

Houve uma mudança radical quanto ao rumo do projeto quando o Governo angolano assumiu a responsabilidade primordial pela sua execução. Durante a administração de Eduardo dos Santos, a implementação da construção foi caracterizada por inúmeros entraves, atrasos e escândalos de corrupção. Com a chegada de João Lourenço, o Governo assumiu o controlo do projeto, e a responsabilidade da sua conclusão, substituindo a CIF pela AVIC para concluir o projeto, que implementou tecnologias avançadas, incluindo equipamentos de engenharia chinesa e sistemas de aviação civil de ponta, para além de se comprometer com a promoção da educação local, incentivando a utilização de produtos fabricados localmente e apoiando o crescimento económico (Bezerra, 2023).

O ministro dos Transportes de Angola, Ricardo de Abreu, avaliou a cooperação com a China como "muito positiva", e que permite “criar e edificar infraestruturas importantes no nosso país, incluindo o Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto”, numa entrevista à *Xinhua* (2024).

38 relatado por João Armando (2022), citado em Bezerra (2023), no Jornal “Expansão”, disponível em: <https://expansao.co.ao/angola/detalhe/novo-aeroporto-comecou-ha-25-anos-58384.html>

Conclusão

A ajuda chinesa distingue-se da ajuda ocidental sobretudo pela ausência de condicionalidades políticas e pela ênfase no respeito pela soberania dos países recipientes. Enquanto o Ocidente, ancorado no Consenso de Washington, impõe reformas estruturais, exigências de transparência e compromissos com os direitos humanos, a China, através do Consenso de Pequim, oferece uma abordagem pragmática e centrada no investimento em infraestrutura, muitas vezes sem exigir reformas internas. Esta característica torna a ajuda chinesa particularmente apelativa para países com fraca capacidade institucional ou regimes autoritários, como é o caso de Angola. A China pratica a sua ajuda através de empréstimos concessionais, com destaque para projetos de infraestrutura de grande escala. Esta ajuda é frequentemente "ligada", o que significa que está condicionada à contratação de empresas chinesas, à utilização de materiais provenientes da China e à presença de trabalhadores chineses nos projetos. Além disso, a ajuda chinesa integra-se em estratégias maiores como a BRI e o FOCAC, visando a ampliação da influência chinesa. O papel da China em Angola, principalmente desde o fim da guerra civil, tem passado por grandes empréstimos que financiaram a reconstrução do país. Projetos como estradas, hospitais, habitações e caminhos-de-ferro foram viabilizados graças ao financiamento chinês, tornando a China o principal parceiro bilateral de Angola. Contudo, esta relação também fomentou uma elevada dependência económica, baixa diversificação produtiva e um desequilíbrio comercial significativo, com as exportações angolanas baseadas quase exclusivamente em petróleo.

A perceção da ajuda chinesa em Angola é ambígua. Por um lado, há reconhecimento da importância do financiamento chinês para a recuperação pós-guerra e desenvolvimento de infraestrutura. Por outro, críticas intensificam-se quanto à baixa geração de empregos locais, à fraca qualidade de algumas obras, à opacidade dos contratos e à corrupção associada a muitos dos acordos, beneficiando elites em detrimento da população.

Os benefícios desta relação para Angola incluem a construção de infraestruturas essenciais, o acesso rápido a financiamento, a ausência de ingerência política e a possibilidade de reforçar a cooperação Sul-Sul. No entanto, estes benefícios vêm acompanhados de riscos relevantes: crescimento da dívida, dependência económica, impactos ambientais negativos e pouca transferência de tecnologia ou capacitação local.

Assim, conclui-se que a ajuda chinesa, embora em muitos aspetos benéfica, tem sido mais prejudicial para Angola. Por um lado, contribuiu para a reconstrução física do país; por outro, acentuou problemas estruturais, como a má gestão dos recursos, a corrupção e a falta de diversificação económica. O modelo chinês, apesar de se apresentar como alternativa ao modelo ocidental, pode, em contextos de fracas instituições, perpetuar dinâmicas de dependência e comprometer o desenvolvimento sustentável. Angola deve, portanto, gerir esta cooperação com maior cautela, exigindo mais transparência, garantindo maior participação local nos projetos e diversificando os seus parceiros de desenvolvimento.

Tendo em conta os limites desta investigação, propõem-se, para trabalhos futuros, abordagens mais empíricas que analisem casos específicos de projetos financiados pela China em Angola, avaliando os seus reais impactos socioeconómicos. Além disso, seria pertinente investigar a perceção da população angolana sobre a presença chinesa, bem como estudar comparativamente a experiência angolana com a de outros países africanos que também recebem ajuda chinesa. Investigações

futuras poderão ainda explorar a evolução da relação sino-angolana na era pós-petróleo, avaliando até que ponto esta cooperação poderá adaptar-se a uma Angola mais diversificada e resiliente.

Neste contexto, importa referir dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas que parecem enquadrar-se melhor nesta dissertação. O ODS 9 – *Indústria, Inovação e Infraestruturas*, que visa promover infraestruturas resilientes, a industrialização inclusiva e sustentável, bem como fomentar a inovação. Este objetivo reflete-se nos esforços chineses em Angola no desenvolvimento de grandes obras públicas e investimentos em setores essenciais. No entanto, a sua eficácia depende do alinhamento com as necessidades locais e do respeito pelas dinâmicas sociais e ambientais do país recetor. Também o ODS 17 – *Parcerias para a Implementação dos Objetivos* sublinha a importância de relações de cooperação eficazes, transparentes e equilibradas entre os países doadores e recetores de ajuda. A relação sino-angolana, ao ser analisada à luz deste objetivo, permite refletir sobre os desafios que emergem de parcerias assimétricas e sobre a urgência de repensar os mecanismos de cooperação para garantir benefícios mútuos e desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Referências Bibliográficas

- African Development Bank. (2023). *Economic outlook of Angola*. <https://www.afdb.org/pt/paises>
- Alssadek, M., & Benhin, J. (2023). Natural resource curse: A literature survey and comparative assessment of regional groupings of oil-rich countries. *Resources Policy*, 84, 103652. <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2023.103652>
- Alves, A. C. (2014). Chinese economic statecraft: A comparative study of China's oil-backed loans in Angola and Brazil. *Journal of Current Chinese Affairs*, 43(1), 99–130. <https://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jcca/article/view/72>
- Asante, R. (2018). China and Africa: Model of South–South cooperation? *China Quarterly of International Strategic Studies*, 4(2), 259–279. <https://doi.org/10.1142/S2377740018500124>
- Azevedo, A. (2023). *África entre (consenso) Washington e (consenso) Pequim* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa. <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/29671/1/DM-ALGA-2023.pdf>
- Babb, S., & Kentikelenis, A. (2021). Markets everywhere: The Washington Consensus and the sociology of global institutional change. *Annual Review of Sociology*, 47, 521–541. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-090220-025543>
- Bezerra, J. A. B. (2023). *A cooperação contemporânea chinesa na África: Uma análise da estrutura de cooperação China e Angola no projeto para a construção do Aeroporto Internacional de Luanda* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório UFPB. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/29308/5/JAB20122024.pdf>
- Bombrowski, K. (2017). Chinese foreign policy: Silk Road across the Indian Ocean. *D+C – Development and Cooperation*. <https://www.dandc.eu/en/article/china-building-trade-related-infrastructure-africa>
- Bond, P. (2016). BRICS banking and the debate over sub-imperialism. *Third World Quarterly*, 37(4), 611–629. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1128816>
- Bortnik, R. (2024). Political Evolution of the Washington and Beijing Consensus: Models of Globalization. *Ukrainian Policymaker*, 14, 4-15. <https://doi.org/10.29202/up/14/1>.
- Brautigam, D., Huang, Y., & Acker, K. (2020). *Risky business: New data on Chinese loans and Africa's debt problem* (Briefing Paper No. 3). Johns Hopkins School of Advanced International Studies. <https://static1.squarespace.com/static/5652847de4b033f56d2bdc29/t/5efe4a22e6756c5da0a5917d/1593723426976/BP+3++Brautigam%2C+Huang%2C+Acker++Chinese+Loans+Africa+n+Debt.pdf>

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. (2024). *Estatísticas da Ajuda Pública ao Desenvolvimento* (APD). <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/atuacao/reportamos/reportamos-2>

Carmody, P., Taylor, I., & Zajontz, T. (2022). China's spatial fix and 'debt diplomacy' in Africa: Constraining belt or road to economic transformation? *Canadian Journal of African Studies*, 56(1), 55–77. <https://doi.org/10.1080/00083968.2021.1998673>

Carmody, P., Zajontz, T., & Reboredo, R. (2022). From “debt diplomacy” to donorship? China's changing role in global development. *Global Political Economy*. 1(2), 198–217. <https://doi.org/10.1332/UZHW7185>.
<https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/gpe/1/2/article-p198.xml>

Cassinela, O., & Cacknazarof, I. (2024). Angola: An unacceptable reality of poverty and inequality. *Society and Development*. 13(1), 1-17. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/44414/35811>

Cha, S. (2023). Chinese aid and corruption in African local governments. *Journal of International Development*. 36(1), 587-605. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.3829>

Chen, H., Tao, D., & Lu, Y. (2024). Opportunities and Challenges of China and Angola Energy Cooperation in the Context of the Belt and Road Initiative. *Journal of Political Science*. 14(1), 91–110. <https://www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=130626>

Conjo, M., Chichango, D., & Souza, P. (2022). *Metodologia de investigação científica aplicada à gestão ambiental: um estudo sobre as abordagens qualitativa e quantitativa*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*. 8(1), 34-50. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3722/1447>

Cormier, B. (2022). Chinese or western finance? Transparency, official credit flows, and the international political economy of development. *The Review of International Organizations*. 18(1):1-32. DOI: [10.1007/s11558-022-09469-x](https://doi.org/10.1007/s11558-022-09469-x).
https://www.researchgate.net/publication/361384905_Chinese_or_western_finance_Transparency_official_credit_flows_and_the_international_political_economy

Dourado, S., & Ribeiro, E. (2023). *Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências* (Atena, Ed.; 2nd ed.) Brasil: Atena Editora. <https://fernandosantiago.com.br/metpesqedu.pdf#page=15>

Esteban, M., & Olivie, I. (2022). China and Western Aid Norms in the Belt and Road: Normative Clash or Convergence? A Case Study on Ethiopia. *Journal of Contemporary China*. 31(134), 267–284.

<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/10670564.2021.1945739?needAccess=true>

Filipe, C. (2024). Presidente de Angola diz que dívida negociada com a China "foi prejudicial " para o país. *Jornal de Negócios*. <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/detalhe/presidente-de-angola-diz-qu-e-divida-negociada-com-a-china-foi-prejudicial--para-o-pais>

FOCAC. (2024). *About FOCAC*. http://www.focac.org/eng/ltjj_3/ltjz/

Francisco, P. (2024). *Ajuda Pública ao Desenvolvimento: insuficiências conceptuais, determinantes da afetação e efeitos nos recipientes*. Dissertação de Mestrado. Portugal: ISEG. <https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10400.5/95937/1/TD-PJSF-2024.pdf>

Francisco, P., Moreira, S., & Caiado, J. (2021). Identifying differences and similarities between donors regarding the long-term allocation of official development assistance. *Development Studies Research*. 8(1), 181-198. https://www.researchgate.net/publication/353692471_Identifying_differences_and_similarities_between_donors_regarding_the_long-term_allocation_of_official_development_assistance

Frimpong, P., & Tedeku, M. (2024). *Understanding FOCAC: A Comprehensive Overview and Key Insights*. Africa-China Centre. <https://africachinacentre.org/understanding-focac-a-comprehensive-overview-and-key-insight-s/>

Garwi, J. (2023). Promoting Inclusive Economic Growth and Development in Angola: A Policy Agenda for Diversification and Innovation. *HAPSc Policy Briefs*. 4(1), 48–54. Series. <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/hapscpbs/article/view/35182/26651>

Gentle, P. (2024). An Introduction to a Way of Increasing Chinese International Influence: The Implementation of the Belt and Road Initiative (BRI). *Financial Markets, Institutions and Risks*. 8(1), 63-80. https://armgpublishing.com/wp-content/uploads/2024/04/FMIR_1_2024_5.pdf

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 20–29.

Grass, K. (2024). The Three Logics of Qualitative Research: Epistemology, Ontology, and Methodology in Political Science. *American Journal of Qualitative Research*. 8(1), 42-56. https://www.researchgate.net/profile/Kacper-Grass/publication/377752685_The_Three_Logics_of_Qualitative_Research_Epistemology_Ontology_and_Methodology_in_Political_Science/links/65baa84c34bbff5ba7dd4965/The-Three-Logics-of-Qualitative-Research-Epistemology-Ontology-and-Methodology-in-Political-Science.pdf

Hamdun, E. (2022). *The Chinese model of neocolonialism in Africa: a case study of Angola*. Thesis dissertation. [file:///C:/Users/Helder/Downloads/29d7ffd4-1476-4439-bdbb-f29ca9851143%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Helder/Downloads/29d7ffd4-1476-4439-bdbb-f29ca9851143%20(1).pdf)

Hontz, E. (2024). The End of The Washington Consensus Interbellum. *Maryland Journal of International Law*. 39(1), 1-11.

<https://digitalcommons.law.umaryland.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1749&context=mjil>

Isaksson, A.S., Kotsadam, A., 2018. Chinese aid and local corruption. *J. Publ. Econ.* 159 (3), 146-159

Jaén, A., & Mateos, Ó. (2021). China in Africa: Assessing the Consequences for the Continent's Agenda for Economic Regionalism. *Politics and Governance*. 10(2), 61–70.

<https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/185300/1/720035.pdf>

Jingyi, W. (2023). Research and Improvement of China's National Image in Africa through Foreign Aid. *Journal of Political Science Research*. 4(2), 1-13.

http://166.62.7.99/assets/default/article/2023/07/07/article_1688720544.pdf

Johnson, A., Muthukumarana, H., & Kariyawasam, A. (2022). Tied aid vs. untied aid: What is the best form of foreign aid? (M. Suriarachchi, Ed.). *Cainz*. <https://www.cainz.org/11629/>

Kazeem, Y. (2020, August 21). The truth about Africa's "debt problem" with China. *Quartz Africa*.

<https://qz.com/africa/1915076/how-bad-is-africas-debt-to-china/>

Kiala, C. (2010). *The impact of China-Africa aid relations: The case of Angola* [Dissertação de mestrado, University of the Witwatersrand].

Kilic, F. (2019). Küresel ilişkiler bağlamında Çin'in Afrika'daki ekonomi politikası: Nijerya, Angola, Sudan ve Demokratik Kongo Cumhuriyeti örnekleri. *International Journal of Politics and Security*, 1(1), 71–96.

Kitano, N., & Miyabayashi, Y. (2023). China's foreign aid as a proxy of ODA: preliminary estimate 2001-2022. *Journal Of Contemporary East Asia Studies*. 12(1), 264-293.

<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/24761028.2024.2316532?needAccess=true>

Knechtel, M. do R. (2014). *Metodologia da pesquisa em educação: Uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba: InterSaberes.

Komakech, R., & Ombati, T. (2023). Belt and Road Initiative in Developing Countries: Lessons from Five Selected Countries in Africa. *Sustainability*. 15(16). 12334.

<https://www.mdpi.com/2071-1050/15/16/12334>

Landry, D. (2021). Under a money tree? Comparing the determinants of Western and Chinese development finance flows to Africa. *Oxford Development Studies*. 49(2), 149-168.

<https://dukespace.lib.duke.edu/server/api/core/bitstreams/9121606d-aabf-4936-9a9f-2b6c980a386e/content>

Larsen, F. (2021). What does the Belt and Road Initiative mean for the future of the international integration system? *Harvard International Review*.

Li, J., Long, X., & Jiang, Q. (2022). Aid and conflict: Evidence from Chinese aid. *China*

Economic Quarterly International. 2(2), 111-123.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S266693312200020X>

Li, R., Guo, J., & Wang, Q. (2024). Evaluating the impact of official development assistance on ecological environments in agricultural and renewable energy sectors. *Humanities and Social Sciences Communications*. 11(1607). <https://www.nature.com/articles/s41599-024-03979-2>

Lusa. (2024, janeiro 11). João Lourenço defende solução de “uma só China”. *DW*.
<https://www.dw.com/pt-002/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-defende...>

Machado, J. (2023). Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quanti-qualitativo. *Devir Educação*, 7(1).
<https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/697>

Machado, P. (2021). *Assessing China and Angola relations: The implications of the “Angola model” of economic development*. CIEP – Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos.
<https://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/portal/99626396/91676637.pdf>

Marques, R., & Duesterberg, T. (2023). The “odious” legacy of Chinese development assistance in Africa: The case of Angola. *Hudson Institute*. <https://www.makaangola.org/wp-content/uploads/2023/02/TheOdiousLegacy...>

Mien, E., & Goujon, M. (2022). 40 years of Dutch Disease literature: Lessons for developing countries. *Comparative Economic Studies*, 64(3), 351–383.

Mlambo, C. (2022). China in Africa: An examination of the impact of China’s loans on growth in selected African states. *Economies*, 10(154). <https://doi.org/10.3390/economies10070154>

Mrdaković, S., & Todorović, M. (2023). China-Africa trade and investment relations under the Belt and Road Initiative. *Economic Themes*, 61(2), 171–196.

Mutai, N. C., et al. (2024). Examining the sustainability of African debt owed to China in the context of debt-trap diplomacy. *Scientific African*, 24, e01583.

Nancanha, B. (2024). *Eficácia da ajuda pública ao desenvolvimento: Um estudo sobre a intervenção da cooperação portuguesa no ensino superior guineense entre 2015–2023* [Dissertação de mestrado, ISCTE-IUL]. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/32925/1/master_bifa_nancanha.pdf

Ndomba, B. (2023, outubro 12). Críticas e escândalos ensombram novo aeroporto de Luanda. *DW*.
<https://www.dw.com/pt-002/novo-aeroporto-de-luanda-ensombrado...>

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. (2023). *Official development assistance (ODA)*. <https://www.oecd.org/en/topics/official-development-assistance-oda.html>

Oroma, W., & Orji, K. (2022). Distinction between humanitarian aid and development aid. *Port Harcourt Journal of History & Diplomatic Studies*, 9(4).

Pignatelli, M. (Ed.). (2016). *Cooperação internacional para o desenvolvimento*. Edições Colibri.

Rodrigues, B. (2021). *Uma abordagem política e económica entre China e Angola* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/136427/2/499243.pdf>

Salsabila, G., & Kusumawardhana, I. (2021). Cave! Hic Dragones: Understanding neocolonialism in China's economic diplomacy towards Angola. *Global: Jurnal Politik Internasional*, 23(2).

Sardoschau, S., & Jarotschkin, A. (2024). Chinese aid in Africa: Attitudes and conflict. *European Journal of Political Economy*, 81, 102386.

Sharma, S., & Lin, X. (2021). Does China engage in debt-trap diplomacy? *Institute of Policy Studies Working Paper*, 1. <https://commons.ln.edu.hk/ipswp/1/>

Shepard, W. (2019, October 3). What China is really up to in Africa. *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/2019/10/03>

Su, X. (2017, June). Why Chinese infrastructure loans in Africa represent a brand-new type of neocolonialism. *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2017/06/why-chinese-infrastructure-loans-in-africa...>

Taherdoost, H. (2022). What are different research approaches? *Journal of Management Science & Engineering Research*, 5(1).

Tawiah, V., Zakari, A., & Khan, I. (2021). The environmental footprint of China-Africa engagement. *Science of the Total Environment*, 769, 144698.

UNCTAD. (2024). *Aid under pressure: 3 accelerating shifts in official development assistance*. United Nations Trade & Development. <https://unctad.org/publication/aid-under-pressure-3-accelerating-shifts-official-development-assistance>

Wade, S. (2019, October 3). What China is really up to in Africa. *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/wadeshepard/>

Waha, K., Van Wijk, M. T., Fritz, S., et al. (2018). Agricultural diversification as a strategy for food security in Africa. *Global Change Biology*, 24(8), 3390–3400

Wei, G., Bi, M., Liu, X., Zhang, Z., & He, B. J. (2023). Investigating the impact of multidimensional urbanization and FDI on carbon emissions. *Journal of Cleaner Production*, 384, 135706.

Yoshikawa, S. (2024). China and Angola: From the pioneering “Angolan Model” to a “new” relationship. *East-West Center Asia Pacific Issues*, 170. <https://www.eastwest>

